

CAMBIO.

Outubro 2.
Londres 28 Ds. St. por 1000 ced. efectivo.
Lisboa 90 por 100 premio, por metal. Nom.
França 340 a 345 Rs. por franco.
Rio de Janeiro ao par.
Moedas de 600 15000 as velhas, novas 14800.
4000 8000 a 8000
Pesos Columnarios 1000 a 1000
Ditos Mexicanos 1000 a 1000
Patacos Brasileiros 1000 a 1000
Premios das Letras por mez 1 a 1 e 1/2 por 100.
Cobre 2 por cento de desconto

PARTIDAS DOS CORREIOS TERRESTES.

Cidade da Paraiha, e villas de sua pretensão	Segundas e Sextas feiras.
Cidade do Rio Grande do Norte, e villas idem	
Cidade da Fortaleza e villas idem	
Villa de Goanna	
Cidade de Olinda	Tolos os dias.
Villa de Santo Antonio	Quintas feiras.
Dita de Garanhuns	Dias 10, e 20 de cada mez.
Ditas do Cabo, Serinhaem, Rio Formoso, e Porto Calvo	Idem 11, e 21 ditto ditto.
Pajau de Flores	Idem 17, ditto ditto

Todos os correios partem ao meio dia.



Tudo agora depende de nós mesmos; da nossa prudencia, moderação, e energia: continuemos como principiamos, e seremos apontados com admiração entre as Nações mais cultas.

Proclamação da Assembleia Geral do Brasil.

Subscree-se para esta folha a mil reis mensaes pagos adiantados nesta Typografia, rua das Cruzes D 3, e na Praça da Independencia D 37 e 38, onde se recebem correspondencias legalizadas, e annuncios: insirindo se estes gratis sendo dos proprios assignantes, e vindos assignados.

DIAS DA SEMANA.

1. de Outubro - Segunda S. Virissimo. Aud. do Juiz do crime de tarde e sessão da Thes. P.
2. Terça Os Anjos da Guarda. Relação de manhã aud. do J. dos Off. de tarde.
3. Quarta S. Candido M. Sessão da Thesouraria Provincial. Lua cheia as 11 horas 14 min. da tarde
4. Quinta S. Francisco de Assis M. Relação de manhã e audiencia do J. dos orfãos de tarde.
5. Sexta S. Plácido e seus comp. Sessão da Thesouraria Pub. e aud. do Juiz do Civil de tarde.
6. Sabbado S. Bruno F. Relação de manhã, e aud. do V. G. de tarde.
7. Domingo N. S. do Rosario.

Maré cheia para o dia 3 de Outubro.
As 4 horas 30 minutos da manhã -- As 4 horas 54 minutos da tarde.

DIARIO DE PERNAMBUCO.

PARTE OFFICIAL.

RIO DE JANEIRO.

CAMARA DOS SENADORES.

Sessão em 8 de Agosto de 1838.

Presidencia do Sr. Marquez de Baependy.

Feita a chamada e achando-se presente numero legal dos Srs. Senadores, o Sr. Presidente abre a sessão, e lida a acta da anterior he approvada.

O Sr. primeiro secretario da conta do expediente.

Ordem do dia.

Entrão em 3, discussão as propostas do governo, conjuntamente com as emendas da camara dos Srs. deputados sobre promoções.

O Sr. Almeida e Albuquerque faz o seguinte requerimento:

Requeiro que se separem as duas propostas do governo, sobre as promoções no exercito, armada e artilheria de marinha na forma em que ellas foram apresentadas. -- A. Albuquerque.

He apoiada, e decidindo se que, em primeiro lugar, se discutisse a emenda da camara dos Srs. deputados, que manda refundir em humas as duas propostas do governo, entre esta em discussão conjuntamente com o requerimento do Sr. Albuquerque, e he approvada, ficando prejudicado o requerimento.

Vem a mesa o seguinte requerimento, que d' pois de apoiado, e discutido, não se approva.

Requeiro que em cumprimento do artigo 54 da constituição, se convidem os ministros para assistirem a discussão, sobrestando-se nellas. -- Vergueiro.

Continua a discussão da materia principal, e são offerecidas e apoiadas as seguintes emendas:

Primeira. Depois do paragrafo 1. do artigo 1. diga-se -- paragrafo 2. -- Promovendo ao 1. posto subalterno somente os individuos que não forem da primeira linha. -- Mello Mattos.

Segunda. Saiva a redacção. Substitui vo ao artigo 1. Fica revogada a lei de 15 de outubro de 1836.

Quando passe o § 2. novamente instaurado, acrescente -- os juizes de direito serão promovidos a desembargadores, e estes a membros do tribunal supremo de justiça. -- Teixeira de Gouvea.

Terceira. Instauro as emendas postas na segunda discussão ao artigo 1. § 2. -- Saturnino.

Quarta. Substitutiva ao projecto. O governo fica autorizado a promover nos postos immediatos os individuos do exercito, armada e artilheria de marinha, que fizerem ou tiverem feito serviços relevantes para o restabelecimento da ordem pu-

blica e integridade do imperio. -- Vergueiro

A discussão fica addiada por ter dado a hora.

O Sr. Presidente dá para ordem do dia as materias dadas para hoje.

Levantou-se a sessão as duas horas da tarde.

CAMARA DOS DEPUTADOS.

Sessão em 8 de Agosto.

Presidencia do Sr. Araujo Vianna.

Logo que se reúne numero legal de deputados, he aberta a sessão, lida e approvada a acta da anterior.

O Sr. primeiro secretario da conta do expediente.

Ordem do dia.

Primeira parte.

Entra em discussão a seguinte resolução:

A assemblea geral legislativa resolve:

Artigo unico. Ficão approvadas as discussões contendas nos artigos 4. e 7. das condições que acompanhão o decreto, de 17 de maio findo, o qual concede faculdade a Gustavo Adolfo Rêga, para formar hum companhia de nacionaes e estrangeiros, que possa empregar-se nos trabalhos de mineração na provincia da Minas Geraes.

Ficão revogadas todas as leis e disposições em contrario.

Paço da camara dos Deputados, em 20 de Junho de 1838. -- J. A. de Lemos. -- Bazilio Quaresma Torreaõ. -- Angelo Custodio Correia.

O Sr. Carneiro Leão declera que, como illustres membros da commissão não se achão na casa, requeir que fi que addiada este objecto para quando o Sr. ministro do imperio estiver presente.

O addiamento proposto he apoiado e entra em discussão.

O Sr. Moura Magalhães vota contra o addiamento, e o Sr. Vaz Vieira propõe addiamento somente por dous dias, o qual he igualmente apoiado.

Dando-se por discutido o addiamento, he regeitado o p. opposito pelo Sr. Carneiro Leão, e approvado o requerido pelo Sr. Vaz Vieira.

Entra em discussão a seguinte resolução:

A assemblea geral Legislativa resolve:

Artigo unico. Fica autorizado o governo para pagar, na forma da lei de 15 de novembro de 1827, a Francisco Jose de Brito, a quantia constante da sentença que este obteve contra a fazenda nacional, na demanda acerca dos prejuizos, perdas e danos que lhe resultarão do apresamento do Brigue oriente, feito pela esquadra do commando de Lord Cochrane, no tempo da guerra da independencia.

Paço da camara dos deputados, 17 de junho de 1837. -- C. J. de Araujo Vianna -- M. D. de Toledo.

Tomaõ parte na discussão, e discorrem

largamente a favor do projecto os Srs. Vaz Vieira, Nunes Machado, Gomes de Campos e Carneiro Leão, e contra os Srs. Andrada Machado, e Henrique de Resende.

Fica a discussão addiada para se passar a outra parte da ordem do dia.

Le-se hum officio do ministro da fazenda, pedindo se lhe indique dia e hora para apresentar propostas por parte do poder executivo.

He designado o dia 9 pelo meio dia.

Segunda parte.

Continua a terceira discussão do projecto que fixa a força de terra, com as emendas apoiadas na sessão antecedente.

O Sr. Martin Francisco ora largamente contra a admissão de estrangeiros, e o Sr. Carneiro Leão, Paula Candido, e Goncalves Martins a favor.

Joga-se a materia discutida.

O Sr. Resende não pede a votação nominal, mais que se consignem na acta os nomes dos que votará pro e contra.

O Sr. Presidente: -- o que o nobre deputado quer he justa mente votação nominal Vou consultar a camara

Decide se por grande maioria, que a votação seja nominal.

He submettida a votação a emenda do Sr. Moura Magalhães para a suppressão no paragrafo 4.º do artigo 1.º, das palavras -- que autorisão a admissão de estrangeiros.

Votão a favor da emenda 30 Srs. deputados; e a saber:

Os Srs. Resende, Luiz Carlos, Rego Monteiro, Mariano, Amiral, Lima e Silva, Visgueiro Coelho, Andrada Machado, Martin Francisco, Montesuma, Alencar, Gomes de Fozes, Limpo de Abreu, Alves Machado, Ferreira de Castro, Ottoni, Aureliano, Costa Pinto, Souto, Ribeiro Duarte, Toledo, Baptista Caelano, Jose Pedro, P. de Alcantara, Jose Feliciano, Alebiades, Serqueira Leite, Nascimento, Moura Magalhães.

Votão contra a emenda 52 Srs. deputados. a saber:

O Sr. Francisco Goncalves Martins, Gilvao, Sebastião do Rego, Carvalho de Mendonça, Marcelino de Brito, Eustaquio, Pedreira, Vieira de Mello, Senequina, Bispo, Cavalcanti de Lacerda, Almeida Francisco do Rego, Miel Monteiro, Rodrigo, Santos Azevedo, Casado, Budeira, Paula Candido, B. de, Correia, Gomes de Campos, Nunes Machado, Gomes Ribeiro, D. Jose, Carneiro de Campos, Cajuero, Calmon, Costa Miranda, Herculano, Gabriel Mendes, Belisario, Lemos, Bispo de Cuiabá, Vaz Vieira, Paulino, Vianna, J. Goncalves Ramiro, Serqueira e Silva, Costa Navarro, Pacheco, Torres, Vasconcella, Honorio, Costa Carvalho, Pontes, Jose Cesario, Freitas, Barrato Pedroso.

He approvada a emenda do Sr. Ministro da Guerra para a suppressão do artigo quarto.

Dada por concluida a discussão e ado-

ptada a proposta, he remettida a commissão de redacção.

O Sr. Presidente dá para ordem do dia a mesma de hoje

Levanta a sessão depois das duas horas da tarde.

PERNAMBUCO.

DIVERSAS REPARTIÇOENS.

TRIBUNAL DA RELLAÇÃO.

Sessão de 2 de Outubro de 1838.

Na appellação Civil do Juizo de auxentes da Villa do Rio Formoso appellante o Juizo appellado João da Cunha Magalhães Escrivão Rebello; se julgou pela confirmação da sentença.

Os Embargos de Antonio da Silva Cavalcanti contra D Maria Francisca de Almeida na Cauza de appellação Civil do Juizo de Direito desta Cidade, Escrivão Chaves; forão despresados

Na appellação Crime do Juizo de Direito da Cidade da Parahibi appellante o Juizo appellado João Rodrigues Chaves, Escrivão Chaves; se julgou que não tomava conhecimento do Recurso official inteiramente enterposto por não competir a este Tribunal.

Na appellação Civil do Juizo do Civil da Villa do Rio Formoso appellante o Juizo e appellados Jose Gomes Lial e os herdeiros auxentes do finado Manoel Ferreira de Souza, Escrivão Bundeira; se julgou pela confirmação da sentença.

Os Embargos de Jose Bernardo Fernandes Gama, e os dos Administradores do Hospital de Curidade, Escrivão Ferreira; na cauza de appellação que disputão, forão os primeiros despresados e os segundos recebidos.

Os Embargos de Antonio Pereira Pinto de Faria contra Jose Maria de Carvalho na cauza de appellação que disputão, Escrivão Bundeira; forão despresados mandando-se cumprir o Accordão embargado.

Os Embargos de Jose Francisco de Barros contra Alberto Cartino dos Santos na cauza de appellação Civil forão despresados mandando-se cumprir o Accordão embargado; Escrivão Rebello

Os Embargos de Maria Elias do Carmo contra Francisco Antonio das Chagas na cauza que disputão, Escrivão Bundeira; forão recebidos e julgados provados, e reformado o Accordão embargado.

Na appellação Civil do Juizo desta Cidade appellante Antonio Rodrigues Simico e appellada a Fazenda Nacional, Escrivão Bundeira; foi confirmada a sentença recorrida.

ALFANDEGA DAS FAZENDAS.

Rendimento da Alfandega de Pernambuco no mez de Setembro p. p.
Direitos de 15 por cento 87:170610

Polvora 50 por c.	3:020U304
Chá 30 por cento	720U009
Reexportação 2 por c.	108U673
Expediente de 1 1/2 por cento	9:461U152
Dito adicional de 1 p. c.	6:271U421
Arrendamento de 1/4 por cento ao mez	594U585
Dito adicional 1 3/4 p. c.	9:408U408
Premio de 1/2 por c. ao mez	1:345U550
Emolumentos de Certificados	5U760

118:113U975

Alfandega 1.º de Outubro de 1838.
Como Escrivão.
Joaquim José Tavares,
1.º Escripturário.

MEZA DO CONSULADO.

— A Pauta he a mesma do num. 205.

CORREIO.

Existe na Administração do Correio desta Cidade os officios abaixo.

Um officio do Exm. Presidente desta, a o Ministro da Marinha interesse de Florencio Rodrigues Miranda.

Um dito do dito dito, ao dito da Guerra interesse de Manoel Venâncio Ribeiro.

O Pataxo Flor de Lisboa recebe e mala para Maranhão hoje 3 as 5 horas da tarde.

ARSENAL DE MARINHA.

No Arsenal de Marinha nos dias 4, 5 e 6 de Outubro corrente se venderá em hasta publica huma não pequena quantidade de cabo velho de linho, uma pipa de vinho tinto bom, e uma grande porção de saccos, de cujos objectos não necessita o mesmo Arsenal, pelo que o respectivo Inspector convida as pessoas a quem possa convir a compra d'elles, a que compareça nos indicados dias pelas 10 horas da manhã.

Arsenal de Marinha de Pernambuco 1.º de Outubro de 1838.

Francisco de Assis Cabral Teive,
Inspector.

OBRAS PUBLICAS.

Nos dias 18, 20, 22 do corrente mez se procederá a arrematação do 3.º lance da estrada de Santo Antônio incluindo a ponte de Tigipió, e a das obras precisas para completar a estrada do Giquiá; aquelle orçado em 14:756U41 reis, estas em 10.600,005 reis: os Licitantes são convidados a comparecer competentemente habilitados de Fiadores idoneos em os referidos dias ao meio dia a dar os lances na Repartição das Obras Publicas, a onde estão patentes os respectivos Orçamentos Descriptivos, e Condições para serem examinados pelos Pertendentes em qualquer dia util as horas do expediente.

Inspecção das Obras Publicas de Outubro de 1838.

Moraes Aneira.

PREFEITURA.

Parte do dia 30 de Setembro de 1838.

Ilm. e Exm. Sr. — Forão presos hontem a minha ordem, e tiverão destino: Antonio Joaquim, branco, e Thomaz da Silva, Cezar Passarinho, pardo, pelo Sub-Prefeito da Freguesia de Santo Antonio, este por ser ebrio, e desordeiro, e aquelle por ser atravessador de farinha; Victorino Vieira de Moura, também pardo, pelo 1.º patrulha da districto das 5 Pontas por ter querido offender a Pedro Jose Pereira com uma faca de ponta, e uma pistola; Paula Maria, preta, por um soldado de Policia por estar pronunciado a prisão, e licramento; Henrique Dias dos Santos, pardo, pelo 3.º Commandante Guedes Alefórado, por ter espancado uma mulher; Simão Pereira da Silva, indio, pelo Commissario de Policia do 3.º districto da Freguesia da Boa-vista, por ter morto a pancada um preto,

escravo de Jose Vaz Salgado na noite do dia 29 do corrente mez no lugar do Barbalho; Jose, e Simão, pretos, escravos este de Joaquim Alves, e aquelle de Joaquim Alves de Almeida pelo mesmo Commissario, e por serem encontrados com o mesmo indio: Maria das Virgens, tam bem preta, por outro Commissario da mesma Freguesia, por ebria e desordeira.

Nada mais consta das partes hoje recebidas.

Deos Guarde a V. Exc. Prefeitura da Comarca do Recife 30 de Setembro de 1838. Ilm. e Exm. Sr. Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Vice-Presidente da Provincia. Francisco Antonio de Sá Barreto, Prefeito da Comarca.

Parte do dia 1.º de Outubro.

Ilm. e Exm. Sr. — Forão presos hontem a minha ordem, e tiverão destino: Antonio Joaquim da Silva, branco, e João preto, escravo de João Virissimo, pelo Sub-Prefeito da Freguesia do Recife, este a requerimento de seu senhor, por desobediência e aquelle por haver ferido a outro preto, escravo de Manoel Luiz Gonzaga; Damiano Lins, pardo, pelo Commandante da Guarda da Cadeia, por denuncia de ser elle desertor do Cuter Espérance de Beberibe; e João Fernandes de Souza, branco, pelo Commandante interno do 2.º Batalhão de G. Nacional deste Municipio, por ser omisso para o serviço, e estar nas circunstancias de ser recrutado.

O Sub-Prefeito da Freguesia do Cabo participa, que na noite do dia 16 do mez p. p. fora assassinado no Engenho Algodões com 2 tiros de espingarda João Alves Pereira pelos pardos irmãos Felipe Pereira da Silva, e Martinho Pereira da Silva, os quaes não forão ainda presos.

E' o que consta das partes hoje recebidas nesta Secretaria.

Deos Guarde a V. Exc. Prefeitura da Comarca do Recife 1.º de Outubro de 1838, &c.

TRIBUNAL DOS JURADOS.

Sessão do dia 22 de Setembro de 1838.

Jury de Accusação.

Denuncia do Doutor Promotor Publico contra Joaquim Baptista de Mello Oxala, por uso de arma defesas; o Jury não achou materia para accusação.

Sumario ex officio contra João Jose dos Prazeres por furto de um cavallo; o Jury achou materia para accusação.

Dito ex officio contra Fideles Pereira, por uso de armas defesas; o Jury não achou materia para accusação.

Este julgamento foi injusto: duas Testemunhas de vista e o Reo confesso! o motivo que segundo nos dizem levava o Jury a absolver o Reo foi a circunstancia de lhe ser achada a faca dentro de hum sacco, que elle trahia, concluindo se dahi que a não carregava com animo offensivo e criminoso. Que terrivel precedente! Com se fosse menos criminoso o que mais occulto instrumento para illudir a Policia, para com segurança ferir sua victima.

CAMARA MUNICIPAL DA CIDADE DO RECIFE.

Sessão de 19 de Julho de 1838.

Presidência do Senhor Silva.

Comparecerão os Srs. Doutor Cintra, Barros, Rios, Mamede, Oliveira, e Sampaio; faltando com causa os mais Senhores.

Aberta a Sessão, e lida a Acta da antecedente foi approvada.

O Secretario dando conta do expediente mencionou os seguintes officios.

Um do Exm. Vice-Presidente da Provincia participando ter expedido ordem ao Engenheiro Hastings para se derigir ao lugar da Engenho Caxito, e examinar se a estrada nova, que ali se abriu he preferivel a velha: inteirada.

Outro do mesmo Exm. Vice-Presidente remetendo um officio do Administrador

Fiscal das Obras Publicas, a fim desta Camara dar providencias sobre o seo contheudo: a Camara deliberou, que o Fiscal respectivo fosse encarregado de mandar apertar o entulho, que se acha enestado ao armazem do Calabouço velho, e que entimisse ao Proprietario do terreno em que existe o sobredito entulho, que quanto antes o mandasse cercar.

Outro do Juiz de Paz da Freguesia de Santo Amaro Jabonão participando não ter dado cumprimento ao officio desta Camara dictado de 28 de Junho por ter sido atticado de uma forte defluxão acompanhada de febre, e outros encommodos; e que se não derigiu ao Supplente, por não haver; a Camara deliberou, que se chamasse ao mais votado para vir ser juramentado no dia 27 do corrente.

Outro do mesmo Juiz de Paz participando não ser Curada a Capella de Gurju de cima por algum pacto, que houvesse entre o Capellão do Engenho Gurju, e o Vigario para administrar aos Povos os Sacramentos, sim era conservada pelo Proprietario do Engenho, e que o mesmo Capellão administrava tão somente por chorluta aos moradores do Engenho e de mais alguns lugares o Sacramento, e por isso lhe parecia, não dever ser considerada Curada daquella Freguesia a referida Capella, e quando fosse houvesse esta Camara de fazer a demarcação de seus limites: deliberou a Camara que se remettesse ao respectivo Vigario o officio de Juiz de Paz, para que informe, se a Capella de Gurju ha, ou não Curada.

Outro do Cidadão, Francisco Severino Cavalcanti de Lacerda participando estar prompto para assistir ao exame, que se pretende fazer na estrada nova aberta pelo Rendeiro do Engenho Caxito: inteirada.

Outro do Fiscal deste Bairro remetendo a conta da despesa, que fez com a remocão do entulho do Calabouço velho, e melhoramento da rua deste nome, e das ruas do Rosario no dia da Procissão de Corpus Christi, emportando dita despesa na quantia de 34,970 reis, e que ja tendo recebido a quantia de 50,000 reis, esta Camara houvesse de mandar passar mandado do restante: que se pagasse mandado.

Outro do mesmo Fiscal exigindo a quantia de 6500 reis que despendeo com duas corridas de saúde, que fez com o Doutor Felipe Neri. uma no dia 25 do mez p. p. no Bairro do Recife, outra hontem neste Bairro; assim como a quantia de 4,000 rs. que despendeo com o Mestre Pedreiro, Antonio Victorino, que com elle e com o Tenente Antonio Egidio trabalhou 2 dias no exame, e orçamento do Mutador das 5 pontas: que se pagasse mandado.

Outro do mesmo Fiscal pedindo, que esta Camara desse as precisas ordens, para que fossem limpas as ruas Nova, e de S. Amaro, que se achão cheas de bastantissima lama, apesar de serem calçadas: deliberou a Camara que o mesmo Fiscal fosse encarregado de fazer dar expedição as aguas, que se achão extinguidas não só nessas ruas: como também em outras deste Bairro, que estiverem em edenticas circunstancias.

Outro do Fiscal do Recife exigindo a quantia de 3,200 rs. que despendeo com o Doutor Felipe Neri em uma corrida de saúde, que com o mesmo fez: que se pagasse mandado.

Outro do Procurador informando, que esta Camara deve ao Collector, das Decimas de suas propriedades a quantia de 273 475 reis do 2.º semestre do anno financeiro de 1837 a 1838; que se pagasse mandado.

Outro do mesmo Procurador informando que tendo examinado as sentenças de Manoel Rodrigues da Silva, Jose Francisco de Sá e Figueiredo, e Jose Antonio de Sá Gilio, achou-as conforme, pois estavam contadas pelo contador e os mesmos requerentes ainda não tinham recebido couz alguma por esta Municipalidade; que se pagassem os respectivos mandados.

A Comissão encarregada de dar seo parecer acerca do officio do Prefeito desta Comarca, foi de parecer, que a Camara não devia subministrar aos presos pobres da Cadeia agua e luz em presença do art. 74 da Lei Regulamentar do 1.º de Outu-

bro de 1828, e art. 33 do Cap. 7.º da Lei do Orçamento Provincial de 2 de Maio do corrente anno; e que neste sentido se officiasse ao mesmo Prefeito; cujo parecer foi approvado.

A Comissão encarregada de examinar o terreno requerido por Joaquim Antonio Ribeiro da Silva, para nelle edificar, foi de parecer, que a Camara por hora não deve dar tal licença, visto achar-se o terreno requerido em allagado, e ser coberto pelas enchentes das marés, e mesmo por que se acha nomeado pelo Governo da Provincia um Engenheiro para aprensentar o plano do melhoramento do Porto; cujo parecer foi approvado.

Despacharão-se alguns requerimentos. E por ser dada a hora levantou-se a Sessão, e mandarão fazer a presente em que assignarão. Eu Fulgencio Infante de Albuquerque e Mello, Secretario a escrevi, Silva, Pro Presidente. Doutor Cintra, Barros, Rios, Mamede, Oliveira, Sampaio.

Es á conforme.

O Secretario.

Fulgencio Infante de Albuquerque e Mello.

COMMUNICADO.

A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religioes serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas sem forma ALGUMA exterior de Templo.

Const. do Imp. Art.º 5.º

Assim como nós os Brasileiros, quando estamos em Inglaterra religiosamente respeitamos não só a Legislação Inglesa, mas até os usos e costumes d'essa Nação amiga, parece que os Senhores Ingleses nos devem pagar na mesma moeda quando residentes no Brazil. O edificio que para o Culto de sua Religião estão fabricando os Senhores Ingleses na rua d'Aurora desta Cidade, não deve ter uma forma exterior, que o dessemelhe notavelmente das de mais casas, quero dizer; de maneira alguma a sua forma exterior deve assemelhar-se a um Templo. Esta que devia ser a forma do edificio mencionado, não he em verdade a que he então dando, de sorte que apresenta uma forma diametralmente opposta a que devia ter, tanto assim que para se conhecer que aquelle edificio he um Templo nada mais he preciso do que olhal-o.

A vista d'isto, como Brasileiro, e muito zeloso pela Religião de meus Pais, e pela dignidade Nacional rogo aos Senhores Ingleses que se dignem emendar o que está feito, ou por outa que não se apartem da letra da Constituição do Brazil, que he clarissima; e aos Senhores Redactores do Diario rogo igualmente que se dignem admitir estas linhas, sobre um objecto que também lhes toca, e sobre o qual ainda uma, ou mais vezes insistirá.

Um Brasileiro Catholico Romano

— Como o nosso Correspondente nós extranhamos também a forma externa do edificio em questão, por nos parecer contraria a letra da Constituição do Imperio; e acontecendo fallarmos nisso em presença de pessoas intelligentes, e até de hum Membro da Camara Municipal, obtivemos em resposta, que não era exacto nosso pensamento, e em prova citarão-nos haver igual edificio existente no Rio de Janeiro com a mesma configuração exterior: se isto he exacto como supponho, parecem-nos não haver motivo de censura, nem lugar para reclamar a vigilancia da Authoridade por isso mesmo que sendo o facto tão publico não será crível que abandone seus deveres. Julgamos, que com o expellido temos demonstrado ao Publico, e ao nosso correspondente, que velamos sobre a execução da Lei. — Os RR.

Srs. Redactores,

CORRESPONDENCIAS.

Srs. Redactores. A virtude da Curidade he o primeiro degrao que conduz o Christiano ao Ceo, igualmente a justiça quando esta não he menos meritoria. O nosso Religioso e catholico ex Ministro da Seráfica 3.ª Ordem da Penitencia o Sr.

Francisco José Dias da Costa, já por duas vezes fez gemer no prelo o nome de sua Sogra a Sr. D. Francisca Margarida dos Prazeres cuja respeitosa Senhora não tem nota, nem antes nem depois de sua viuvez. Esse magnânimo interesseiro em nome de seu genro, a título de prevenir o Publico, fez esses annuncios, que ninguém fizesse negocio de compra, hipoteca, ou transação com essa Senhora viuva sobre os bens de que inda se acha de posse (por especial mercê) em razão de não ter feito inventario) cujo annuncio he falso, porque ella fez o seu inventario, mas não houve partilha, porque não restou senão reia a seu favor ou dos herdeiros para se poderem repartir, po que o que havia não chegou para se pagarem as dividas, que ficaram de seu marido.

Agora queira adunrar, Senhores Redactores, o nosso Seralico ha nove annos que desfruta o estado de viuvo, ficando-lhe 4 filhos innocentes inda não fez o seu Inventario, isto com escandaloso prejuizo dos innocentes orfãos, e sem remedio, porque elle se ufana com bisofia em dizer que não se importa com o Juizo, louvando-se já dados as novas instituições, que á sua sombra se ludibria o Direito mais sagrado dos Orfãos, e das leis que os favorecem.

Prevenimos pois ao Publico, que ninguém faça negocio de compra, hipoteca, ou outra qualq. transação com este Carissimo sobre os bens que par a diviso-lhe restou, pena de perderem o seu dinheiro.

Sou Srs. Redactores

Hum erudito justicairo que pode ser prejudicado.

Srs. Redactores. Queira publicar por esta sua mesma folha, se fui eu o amanuense das reflexões do Vade-mecum insertas no seo Diario N. 202 de 18 do mez proximo passado; pelo que lhas será obrigado o seo signante

Padro Bezerra da Souza Baltrão.

O Sr. P. B. de S. Baltrão, não ha o author das reflexões do Vade-mecum.

O. R. R.

Srs. Redactores. Como V. ms. são amigos dos seus leitores, por isso lhas rogo, queira inserir em seo estimavel Periodico estas mal traçadas linhas, do que lhas ficarei em inteiro reconhecimento.

Quando, Srs. Redactores, se deu ao manifesto a Lei Provincial da 1835, n. 43, em a qual se vê no Art. 7 do Cap. 2.º, que diz — Os Professores de fora da Cidade, e os dos outros Municipios, cobrarão os seus Honorarios com atestado do Presidente da sua respectiva Camara; e o Governo providenciará para que tais Professores não sofram demora na cobrança de seus quartéis —; esses empregados ficaram satisfeitos por terem que de da então teria fim hum trabalho assaz penoso; (pela espera de reunião da Camara, e até mesmo pelo estorvo do andamento da Aula) he quando se tem observado, que só tem tido exito a primeira parte do dito artigo; mas a segunda, Srs. Redactores, (que he, não haver demora na cobrança &c.) será possível ver-se estabelecida? Praa nos Ceos que o Excm. Presidente da Provincia tenha a lembrança de examinar tal objecto! Porem, Srs. Redactores, fica abstracto em suppr. então que este resto do art. foi somente para preencher as paginas do mesmo Act.

Sou Srs. Redactores

De V. ms. attento Gr.

Hum Professor, que a dous mezes está a espera do seo ordenado.

Srs. Redactores. Ninguém tem mais direito de fallar abm de sua Nção, e do seu Paiz, do que aquelles que concorrem com alguns fardos para o Tesouro, por meio dos tributos, e mais direitos que pela lei lhas são impostos. Não sei que motivos tenha a Camara da Cidade de Olinda para não mandar encartar as ruas da dita Cidade, por onde passam haizante commercio e povo possuidores de bens, que quasi que sua maioria dá interesse ao Estado. Quero, que por não haver amor da patria naquelles Senho es, que formão o Corpo da dita Camara, não se faça nada de novo, porem ao menos se conserve o

que os antigos fizeram a bem da mesma Cidade, e dos que nella existem, pelo menos se conserve retificada, e decente, em quanto a Cidade de Olinda for honrada, como he, por lha na Academia. Ora Srs que dirão os alumnos da Academia d'Olinda, quando chegarem formados nas suas Provincias donde vierão? que sua atmosfera he pura, que sua vista he mui linda, que o sitio da Cidade he proprio para se edificar huma galante Cidade, porem que os seus directores a conservão e por que pode ser.

Por hum Adoptivo-Olindense.

Senhores Redactores.

O abaixo assignado tendo, em 27 do corrente mez de Setembro, mandado por seu Caixeiro a quantia de vinte mil reis, para pagar na repartição respectiva, o novo imposto da sua loja de fazendas junto ao arco de Santo Antonio, correspondente a renda annual, que o abaixo assignado paga a seu proprietario Antonio Jose de Magalhães Bistos, não lhe foi recebido, dizendo-se-he, que estava collectado na quantia de trinta mil rs. Com esta noticia foi o abaixo assignado pessoalmente reclamar o seu direito, e foi-lhe respondido mui acerta lamente, pelo Senhor Thezoureiro, que deixasse de pagar, e que requeresse o abaixo assignado o direito, que lhe assistisse: ao que o abaixo assignado respondeu, perante o mesmo Sr. Thezoureiro, e mais Empregados da meza respectiva, que se não propunha a tanta lida contra a Fazenda, visto que mais precario lha hera, do que pagar como de facto pagou mais, a quantia de dois mil reis.

He forçoço ao abaixo assignado declarar mais, que na occasião, em que as pessoas encarregadas da Collectoria andarão em semelhante diligencia, foi-lhe apresentado o recibo do proprietario, pelo qual disculpa algu. tem a dar, por semelhante augmento, e a mesma apresentação fez na occasião em que foi pagar a Collecta. A vista do expendido claro fica que o abaixo assignado pagou forçadamente só a fim de evitar termos judiciais, que, como leva dito lha herão mais precarios. Diguem-se S. nhores Redactores inserir estas linhas, em sua folha, afim de que, para o futuro, as pessoas encarregadas da Collectoria tenham mais em vista a execução da Lei.

Por este favor lhas ficará mui obrigado.

O seu assignante.

Manoel Jose Gonçalves Braga.

Revista Dramatica.

A Peça — 3º Anos — ou a vida de hum jogador, he sem duvida huma das melhores Peças, que se tem apresentada ao publico no no-so Theatro: em todos os cinco dias consecutivos, teve o mesmo applauzo: o 1.º Gilan, a 1.ª Dama, o que fez o papel de Darmonite, o Warnerço Velho, desempenharão optimamente os seus caracteres; os demais, (se calcularmos as suas pequenas forças) não deixarão de preencher o seu dever. A censura he terrivel, a moral he apreciavel, o enredo faz honra ao author: sugueto houve, que tendo reduzido a caza de sua Cloris a sala de jogo de Espida preta, por causa do jogo da Espidilha, desappareado de se ver em tal espelho, atirou raivoso por duas vezes algumas pequenas moedas de cobre ao 1.º Gilan (talvez para com este pequeno dinheiro abonar o porceiro jogador, que estava infeliz) o publico oibou com tedio tão indigaa poço. Continúe o Director a apresentar destas peças da tão boa moral, que terá a estima dos seus Patriotas, e de todos os homens de bem, e deixe grasnar os Zoilos. E.

A VIZINHA DE VERNOS.

— Quem d'Olinda vai ao Recife a noite por terra buscar hum Cirurgião, he por não querer se utilizar do prestimo dos bons Cirurgãos que residem na mesma Olinda, conhecidas por todas: isso por se fundar em hum voluntario caprivo, e por ignorar os remedios que estão muito em moda, os quaes cada vivente humano

deve ter em sua caza, que são os seguintes. 1.º bixos em quantidade. 2.º lancetas para se tirar sangue em quantidade. 3.º Lambedor d'espargo, ou xarope gomoso. 4.º Reiz d'Alheia com vinagre. 5.º Dieta e mais dieta. O doente com estas applicções ou fica bom, ou vai viver na Eternidade. Ora, o Imperador Tiborio aconselha aos seus vassallos, que hum homem com 30 annos, deve ser Medico de si mesmo. Senhores, disterrem para sempre a voluntaria antipatia, que hums consagrao aos outros, por se fazerem cauza das cruas.

Hum aprendizado Olindense.

— O abaixo assignado roga a todos os seus acredores, e mais pessoas com quem tem tido transações, que tiverem lettras, obrigações, ou mesmo contas de livro, vencidas, ou a vencerem, haja de apresentar para serem pagas, na caza de sua residência, rua do Lobato, sobrado de hum andar D. 33, ou na rua de N. S. do Terço D. 14, loja de fazendas do mesmo abaixo assignado.

José Bernardo de Sena.

— Aluga-se huma preta moça, muito robusta, bonita figura, sem vicios, nem achaques, propria para qualquer serviço de caza, ou de rua: na rua de N. S. do Terço loja D. 14.

— Roga-se aos Illms. Srs. Prefeitos da Comarca, ou Sub Prefeito do Bairro de Santo Antonio, haja de dar as providencias necessarias, a respeito do mau comportamento de duas, ou tres mulheres meretrices, que morão na lja de hum sobrado de 2 andares na rua do Nogueira, cuja propriedade pertence ao falecido José Francisco da Rego; as quaes se portão escandalosamente, em despeito da moral publica, e incomodo das familias honestas, que na mesma rua morão.

— Quem quizer roupa engomada com asseio, perfeição e modico preço: dirija-se a rua da Paz, ou Caza D. 11, que achará com quem tratar.

— A pessoa que por engano tirou huma carta do Correio, vinda de Lisboa, e dirigida a José Florencio Gonçalves, queira por obsequio entrar na rua dos Quarteis D. 4, onde receberá igualmente o porte da mesma.

— No dia 5 do presente mez de Outubro deve ser a ultima praça da arrematação da Olaria sequestrada ao ex Collector Antonio Moreira da Costa, sita na margem do rio Capiberibe, perante o Illm. Sr. Juiz de Direito da 1.ª Vara do Cível, por execução movida pela Fazenda Nacional.

— Aluga-se hum grande caza nova terrea, repartida a moderna, com seu quintal murado e cacinha, na rua da Alegria, ao pé do lampião, onde já morou o Escrivão Alcanforado, como tambem se troca por outra propriedade de maior valor, preferindo hum predio sito no Recife: quem quizer fazer qualquer negocio, pode dirigir-se ao pé do Trapicho do Pelourinho, no armazem de assucar.

— Roga-se ao Sr. J. E. M. M. morador em Olinda, que venha no prazo de oito dias contados da data deste na rua da Cidade do Recife ultimar o negocio de que está bem certo, pois do contrario se ha de declarar o seu nome por extenso; isto lha roga o que está cansado de pagar canoas para Olinda ha mais de hum anno.

O Paciente.

— Antonio Cordeiro da Fonseca, annuncia ao respeitavel Publico, que tendo recebido de Joaquim José Ferreira hum valle da quantia de Seiscentos, e uventa e trez mil oitocentos e quatorze reis, proveniente d'algodão, que lha vendara, e como no dia 1.º do corrente mez desapparecera a dita ordem, faz por meio deste annuncio sciente que não pague o dito Sr. Ferreira esse valle, por isso que não tem pertença, e adverte mais que no mesmo já se achão dois recibos, hum de 247 rs., e outro de 407 rs.

— Alugã-se o 1.º e 2.º andar da caza sita no attico da Beaviata na quinta defronte da Matriz: os pretendentes podem-se dirigir á rua da Souza Velha D. 4.

— No dia 30 do passado mez de Setembro, furtaraõ huma Carteira de algibeira, de marroquin branco, com hum lapis de esquinha de prata, e tinha dentro huma letra sacada por Custodio José da Silva contra o falecido João Dutra Garçia, da quantia de 89\$262 rs., e varios

papeis e lembranças que só servem a seu dono, e até mesmo a dita letra não he paga no dia da sua vencimento, nem os herdeiros do falecido fazem negocio algum com ella, por serem já avisados, e mesmo pela sua falsidade: roga-se a qualquer pessoa a quem seja dada a dita Carteira para ler, a tome, pois desconfia-se ser huma preta que a tirou, e querendo entregal-a procurem na rua dos Tanueiros, armazem de assucar n. 12, a Custodio José da Silva, que promette recompensar bem o seu trabalho.

— A pessoa que lha fizer conta comprar a quarta parte de huma boa morada de casa terrea, cita na rua de Ortas do lado esquerdo, dirija-se á rua dos Martirios casa terrea que tem a frente para o beco do adique D. 18.

— Quem tiver e quizer vender alguns porquinhos da India annuncio sua morada neste Diario.

— Quem precisar de 100,000 reis até um conto de reis a juros, com segurança: dirija-se a esta Typographia das 8 horas da manhã, até as 6 da tarde, que se dirá quem os dá.

— Ensina-se com toda aptidão, e perfeição as linguas Francesa, Italiana, o tambem Geometria: as pessoas que se quizerem aproveitar an dirijão-se ao Pateo da Santa Cruz Botica de Jose Maria Freira Gameiro, que dirá quem pretende ensinar.

— Existe no beco da Lingueta na venda de Joaquim Jose Rebello, as seguintes cartas, para os seguintes senhores: Antonio Alves da Costa Junior, auzente a Luiz Jose de Souza; dita para Nicolao Ferreira, e Sebastião Antunes.

— Alluga-se hum negro para padaria, da qual tem bastante pratica: quem o pretender, dirija-se a rua do Queimado loja D. 7.

— [Nesta]Praça deseja-se fallar ao Sr. Jose da Silva Sodré, natural do Rio de Janeiro, filho do Sr. João Cardoso da Oliveira, e ao Sr. Antonio Domingos da Silva natural de S. Cosme, filho do Sr. Manoel Domingues da Silva, a negocio de interesse, queirão ter a bondade de annunciar por este Diario as suas moradas.

— Da-se hum faté [dous] contos [de reis com boas firmas a contento: na rua da Cruz n. 31.

— Alguma pessoa que precisar de huma ama de casa, muito boa cosinheira, engomadeira e costureira, qualquer Sr. dono de casa que a quizer dirija-se ao Forte do Bom Jesus, na primeira casa que tem pegada ao arco.

— Quem precisar de hum homem para administrador de engenho, ou casa de negocio na praça, e mesmo Olaria, fazendo qualquer dessas repetições alguma serviço interno, dirija-se a rua do fogo D. 12 para o ajuste.

— Precissasse arrendar um sobradinho na rua direita, ainda mesmo dando-se algum dinheiro adiantado; quem o tiver e o queira allugar dirija-se a mesma rua padaria D. 13 lado do nascente.

— Maria da Soledade moradoura na rua de Ortas, casa numero 58, ensina a ler, escrever e a coser, da melhor forma possível, pelo modico preço de dous cruzados mensaes.

— Precisa-se de hum preto para hum taboleiro de fazendas. Quem o tiver annuncie a sua moradia, ou dirija-se a traz da Matriz da Boa vista, Loja do Sobrado D. 10.

— Arrenda-se huma caza terrea abarracada, repartida segundo o gosto moderno, corredor lavado, sala de visita forrada, com trinta e dous palmos em quadro, tres janellas de peitoral envidraçadas, oito quartos, sala de jantar boa, cozinha fora com o assentamento de fogão Inglez com cinco fomalhas, e seo respectivo forno, quintal grande com cacinha que tem famosa agoa de beber, senzalla para seis escravos, estribaria para dous cavallos, com portão de coxeira para frente da rua, independente da porta principal, e tudo mui bem pintado, e sufficiente asseado. Na rua que vai da estrada da Solidade, para a do Mangueinho: os pretendentes entendão-se com o Escrivão Almeida, que tem poderes para fazer tal arrendamento.

--- O Sr. retratista que morava na rua do Aragão, declara a sua morada, para fazer com empenho um retrato.

--- Precisa-se alugar um sobrado de um andar, ou casa terrea, que seja boa e tenha commodos suficientes para uma familia, nos bairros de Santo Antonio ou Boa vista: na rua do muro da Penha D. 18, ou annuncie.

--- Perante o Juizo do Civil da segunda vara, se hade arrematar por arrendamento nos dias de praça um sitio de terras, e coqueiras no lugar do janga, pertencente a Manoel Ignacio de Torres, o mesmo é con-senhor o Orfão neto do falecido João de Deos de Jesus, o qual findo os dias da lei será entregue a quem maior preço der por seu arrendamento.

--- Arrenda-se um sitio no caldeireiro (vulgarmente conhecido pelo sitio do Pinheiro) com dums excellentes casas de venda com commodos convenientes para duas familias, cocheira, sanzalla, e estribaria para 5 animaes, uma baixa de capim, orla, laranjeiras, e mais fructas, arranjado tudo com gosto e aseo; quem o pretender, dirija-se ao aterro da Boa vista casa de J. C. Cintra.

--- Arrenda-se um sobrado de um andar, por anno, ou para festa, na rua de S. Bento em Olinda, com bons commodos, quintal e cacimba: 2 grandes e boas casas na rua da mangueira no caldeireiro, com sala, gabinete, 5 quartos, sala de jantar, cozinha, e cacimba de agua de beber: mui proprias para se passar a festa: a fallar no Recife rua da Cruz com a viuva de José Antonio Lopes, sobrado n. 62.

--- Aluga-se o segundo andar da casa D. 10 sita na rua nova; quem o pretender dirija-se ao mesmo.

--- Precisa-se fallar a negocio de interesse com a pessoa que off-rece por arrendamento por 4 annos o sitio denominado jacaré d'agua fria; na rua nova primeiro andar da penultima casa de sobrado.

--- Aluga-se uma casa no poço da pinella durante o tempo de festa, na melhor rua, e com bastantes commodos, quintal murado e estribaria; quem a pretender, dirija-se a rua da cadeia velha, loja numero 36.

--- Alugão-se escravos de ambos os sexos para venderem na rua de manhã e de tarde, pagando-se 12,000 mensaes, tambem se alugão por tarde, pagando-se o que se convier: na rua de Hortas D. 65.

--- Dez annos da vida de uma mulher é a peça mais sublime, e moral, que o actual Empresario trouxe do Rio de Janeiro, ella he talvez do mesmo dos 30 annos -- he um espelho para as familias illustres; o mesmo esplendor, e os mesmos desastres que geralmente se vão succedendo a Jorge na Peça 30 annos, suc de a Madama Adele, na peça --- Dez annos de sua vida --- causados pelos máos conselhos de suas falsas amigas: o Empresario escolheo esta peça para seu beneficio, o que entrega a philantropia de seus amigos.

--- Ignacio iassa propõe-se a dar lições da lingua italiana; elle supre a falta de grammatica por meio de manuscritos; as pessoas que a isto se quizerem applicar, dirijão-se a rua do Collegio no 2.º andar do sobrado D. 9, lado de terra.

LEILAÕ.

--- Quarta feira 3 do corrente as 10 horas da manhã, de fugões, fornos, ferragens, latices de arame, e papel, em casa de Lütken & Companhia, rua da Cruz n. 1.

--- Que fazem Johnston Pater & Companhia, de uma porção de bons queijos de Pinha, no armazem de Antonio Joaquim Pereira no caes da Alfandega, Quarta feira 3 de Outubro, pelas 10 horas da manhã.

COMPRAS.

--- 8 enxames que sejam de boa qualidade, e que tenham 36 palmos de comprimento; assim como precisa-se de dois officiaes de carpina, que queirão trabalhar no repar-

timento de um sobrado: na rua do Livramento D. 25, ou annuncie.

--- Um quartão capado, que seja forte: na rua da cadeia do Recife n. 6 a fallar com Manoel Antonio da Silva Mota.

--- Sacos vazio: na rua do Collegio armazem do Azevedo, D. 9.

VENDAS.

--- O Numero 62 do Carapuceiro: na praça da Independencia loja de livros, numeros 37 e 38.

--- Um escravo de angola, de idade de 25 annos, o qual se vende por motivos particulares, que se dirá a vista do comprador: na rua nova armazem de louça fina.

--- On troca-se por algum sobrado, ou casas terreas que sejam boas, no bairro de S. Antonio, ou Boa vista, uma propriedade de 3 andares sita na rua da Cruz do Recife: a tratar na rua do muro da Penha D. 18.

--- Um Magnum Lencium, Logica, Ethica e Meth-phica Quintiliano, 1. e 2. tomos, tudo em latim e ainda em bom uzo: na rua dos Pires D. 5.

--- Os livros seguintes: Um Dictionario da lingua portugueza por Moraes. Conctrat social por Rouwisa, e outros livros de preparatorios em portuguez, francez, e Latim: no bico do peixe frito no primeiro andar do sobrado D. 4.

--- Tres escravos, de 25 a 26 annos de idade, e outra de 14 a 16 annos, uma das duas he de nação da costa, com uma cria de 6 mezes, e com muito bom leite para criar outra qualquer criança, e cozinha com perfeição o diario de uma casa; a de 14 a 16 annos tem principio de costura, e engomado, e cozinha com perfeição o diario de uma casa, e a outra he boa quitandeira, affianca-se ao comprador que não se vende por vicios nem achaques, e se dirá o motivo: na rua do caldeireiro D. 26 casa que faz frente com o fundo da Igreja dos Martirios.

--- Rapé de Lisboa em libras, e oitavas, dito areia preta, dito do Varrão, chá isson da primeira sorte, dito perola, dito imperial em caixinha de 2 libras, tinta de escrever, em garrafas e em potes, estoijos de duas navalha finas, e inglesas, tizouras de unhas, excell ntes carneiras de couro de lustro, um grande sortimento de bicos de linho de todas as qualidades, sagu de primeira sorte a 480 rs. a libra, e as verdadeiras e bem conhecidas pilulas da familia, ultimamente chegadas, em frascos de 100 e de 50 com o seu competente foliole, superior bixas chegadas no ultimo navio, e tudo se vende por preço com modo tanto na loja da rua dos Quartéis D. 3, como na praça da Independencia numero 10.

--- Uma padaria na rua Dreita D. 25, lado do poente, quem quizer fazer negocio annuncie.

--- Uma negra de nação da costa, de idade de 16 annos, he boa engomadeira, e cozinheira, e um relógio de caixa de ouro, tudo por preço muito commodo: na rua do Fogo sobrado D. 16.

--- Dois cavallos de estribaria de muito bons andares, e muitos gordos: na rua do cabugá loja de fazendas D. 2.

--- Trezentos palmos de terreno com 700 de fundo, de rio a rio na passagem da Magdalena defronte do sitio do e janeiro, um a um ou todos por junto; assim como se troca por casa nesta praça: a tratar com o seu proprietario.

--- Uma preta de meia idade, cozinha, lava roupa de sabão e varrella, e he boa quitandeira: na rua de Agoas verdes sobrado D. 26 defronte do consistorio de S. Pedro.

--- Dois escravos de nação angola, de lindas figuras, e proprios para palanquim; 3 m leques com 14 a 15 annos, tambem de lindas figuras, sem achaques, e livres de bexigas; uma negra de nação, perfeita cozinheira, engomadeira, e cose: passando a Igreja dos Martirios no primeiro andar do primeiro sobrado.

--- Uma escrava, que lava bem de sabão e varrella, e propria para todo o serviço de uma casa: na rua estreita do Rozario D. 21.

--- Um moleque de idade de 20 annos, capaz para todo o serviço: na rua Direita defronte do beco da Penha D. 8.

--- Barriquinhas com biscoito e rosasas chegadas de Lisboa: na rua nova venda D. 33.

--- Um ornamento completo para celebracão de Missa, novo, e propriamente para alguma capella, contendo as seguintes peças, uma pedra D'ara, um missal, e sua estante, um par de galhetas com seu prato, e douradas. 5 paninhos de e brir as ditas, um rico calix de prata com sua colher, e patena, um jogo de sacras de vidro douradas, uma caixa de flande pintada de verde, para hostia, duas toilhas de altar, com seu bico pela beira, 4 ditas de lavarinto linas, 4 sanguinhos, dois purificadores, duas palas com seus bicos pelas beiras, um corporal, tres amitos, sendo dois corridos de bicos pelas beiras, e um liso, duas alvas, corridas de babados de cassa, dois cordões para as ditas, uma cazula branca com sebasta encarnada com seus aparelhos, uma dita roixa tambem com os seus aparelhos: os pretendentes entendão-se com o escrivão Almeida, na rua das Trincadeiras.

--- Duas colxas de damasco, uma rica estante de musica, de jancarandá, um tapete em bom uzo, 4 mappas geograficos, um rico aparelho de prata para chá: na rua das Flores D. 12.

--- Uma duzia de cadeiras de pão de oleo, e duas banquinhas em bom uzo, e por preço commodo: na rua do Vigario no segundo andar do sobrado n. 32.

--- Traves de mangue de comprimento de 34 palmos até 40, e uma de 54 ditos, as quaes se achão na praça do collegio defronte do armazem de Francisco Joaquim da Costa: a fallar com o caixeiro do mesmo, ou com Luiz José Marques.

--- Uma barcaça que pega em 10 caixas, e uma canoa boa de carregar: a fallar com Luiz José Marquez.

--- A collecção dos Diarios desde Agosto de 1836 até o presente, pelo preço de 12 mil rs. por anno, conforme a subscrição que se paga em Olinda casa confronte a a porta travessa de S. Pedro novo n. 7 lado do norte.

--- Ou aluga-se, um sitio com boa casa de vivenda, casa para prelos, dita para feitor, coxeira para dois carrinhos, estribaria para 4 cavallos, cacimba com tanque de baixo de coberta, todos estes arranjos de baixo do muro, e amargem do rio capibari, no lugar da capunga: a tratar com Ignacio Bento de Loiola, ou a José Lourenço da Silva Junior, no sitio da campina, na estrada de João de Birros.

--- Os seguintes livros: o Feliz independente, as pteadas do theatro, novelas ou conto intitulado a cadellinha, Jolita e Claudina, Izaura ou o iruismo da vertude, historeta de um aldeão, histria de Amelia: na rua do Livramento D. 3.

--- Um preto nação engolla de idade de 23 annos, sem vicio nem axaque, sabe trabalhar d'encheda e ganha na rua: na rua Direita D. 34.

--- Uma vacca tourina: na rua da Aurora n. 9.

--- A propriedade de dois andares da rua da Aurora D. 7: a tratar na rua da cadeia do Recife loja n. 48.

--- Um escravo de meia idade, cozinha e vende na rua: no aterro da Boa vista D. 19.

--- Um cavallo ruco a patacado, bom carregador: no beco do Veras no primeiro andar do sobrado novo.

--- Uma cinza de carreira em bom uzo: na rua Direita D. 13.

--- Rapé de Lisboa a libras e as oitavas, chegado no ultimo navio: no beco da Limgorta venda de Joaquim José Rebello.

--- Duas canoas uma de carreira nova que pega em 12 pessoas, e uma grande que carrega 800 tijolos: na rua de S. Amaro no mundo novo a fallar com José Marques Vianna.

--- A posse de um terreno no principio da estrada dos affictos, com 60 palmos de frente, e 200 ditos de fundo, com alicerces para casa, todo plantado com arvóres de fructo, e com cerca de limão, e 400 a 500 garrafas pretas: no Manguinho De cima 12.

--- 10 pipas de agoa ardente branca por junto ou a retalho, barricas de biscoito e

rosca do porto, gigos de champagne, ditto de vinho de Bordeos, sagu fino, sacas de feijão molatinho, do Rio do Janeiro: na rua nova venda D. 2.

--- Uma mobilia de jucarandá em bom uzo; contendo 12 cadeiras, duas bancas, e um camapé, modernos: no armazem de trastes ao lado da cadeia, por preço commodo.

--- Uma banca de jantar de amarelo para 16 pessoa, com duas gavetas, em bom uzo e preço commodo: na rua Direita defronte do beco da Penha, D. 8.

--- Ou arrenda-se um sitio no lugar do Barbalho, com duas casas de vivenda, estribaria para dois cavallos, banho porto, e muito bons ares, contendo diferentes arvóres que dão fructo: a tratar na rua do Queimado no segundo andar do sobrado D. 19.

ESCRAVOS FUGIDOS.

--- Roga-se aos Srs. Sub-Prefeito, autoridades policiaes, pessoas particulares, e capitães de campo deita e mais comarcas, hajão de lançar suas vistas sobre um escravo crioulo de nome Eduardo official de sapateiro, altura regular, secco do corpo, bem preto, cara lisa, dentes alvos, quando falla gagueja principalmnte quando está mentindo, muito flua, regista, e se intitula de forro, e muda o nome para o de Antonio ou outro qualquer, e gosta muito de montar a cavallo, cujo foi escravo do Sr. Thomáz Ferreira Ramos, e hoje he do Justino Candido Medelo morador no Brejo da Madre de Deos; as pessoas que o apprehender tenha abunda de o levar a rua do Rangel, ou no forte do Mattos p'enca de algodão a entregar a Elias Francisco Mindelo, ou a seu Sr. no Brejo, ou depositalo na cadeia que será generosamente recompensado, pois anda fugido desde 25 de Novembro de 1837, e tem sido encontrado na rua larga do Rozario, e algumas vezes na estrada do manginhu a cavallo.

--- No dia 20 do passado fugio um escravo de nome Francisco, o qual levou uma troixa com sua roupa, sendo 4 calças 3 de estoupa, e a outra azul; assim como camisas e de o qual he baixo do corpo, e não he muito moço, tem um calombo na testa, e faz um geito nas cadeiras; quem o pegar leve a rua do Vigario no terceiro andar do sobrado n. 17, que será recompensado.

--- Fugio uma negra de nome Maria, de nação Ubaca, idade pouco mais, ou menos 28 annos, cor preta, estatura regular, cara comprida, fugio em 16 do p. p. mez, offerece-se a qualquer capitão de campo que a pegar e levar a rua da cadeia velha n. 54 30,000 de gratificação.

--- Fugio uma negra da costa, de nome Catharina, ja idosa, algum tanto fulta, quebrada de ambas as verilhas, quando anda deita os peitos para diante, sendo muito a trapalhada na falla; quem a pegar leve a rua da Agião D. 37, que será generosamente recompensado.

MOVIMENTO DO PORTO

NAVIO-ENTRADOS NO DIA 1.º

ASSU; 20 dias, Sumaca Nac. Concreção Flor do mar de 83 Tonel, M. Joaquim José da Silveira, carga sal: a Antonio Rodrigues Lima; passageiro o Brasileiro Antonio Joaquim.

IDEM; 24 dias, Sumaca Nac. Felecidade de 84 Tonel, M. José Rodrigues Pinheiro, carga sal e couros: dono João Christostomo de Oliveira; passageiro o Brasileiro João da Silva Loureiro.

SAHIDO NO MESMO DIA.

LISBOA; Brigue Portuguez Frederico Africano, Cap. Silverio Manoel do Reis, carga assucar e mais generos; passageiro o Brasileiro Claudino Benicio Machado.

CORRESPONDENCIA.

Srs. Reductores.

Casos ha em que muitas vezes o homem, por mais que retirado viva, se vê obrigado á tomar o campo dos gladiadores para se defender de imputações, posto que vagas; mas que toda via deicha vacillante o juizo publico; tanto mais quando essas imputações vão ferir a reputação de terceiras pessoas.

Hum d'esses casos pois (bastante extraordinario) me impellio a recorrer ao prelo para esclarecer o respeitavel publico d'huã celebre questão entre mim, e L. A. Duboreq, da qual resultou (e quem diria?!) hum incendio, e apos d'este hum diluvio destinados a engolirem os autos da mesma questão, que com effeito eu ficaria mamado si, como Noé, o não tivesse previsto, e me não tivesse apreatado com certidões de tudo quanto continha os mesmos autos, para poder fabricar, como aquelle, a Arca de sua salvação!

Entrarei por tanto a expender o principio d'essa questão, demonstrando com documentos exhibidos pelo Snr. Duboreq, a sua má fé, para que o respeitavel publico o conheça, e possa por-se ao alcance dos motivos que determinarão a seu Procurador á queimar os autos originaes da questão, e depois mergulhar no rio Capibarihe a sentença extrahida do processo, dos originaes onde tinha decorrido a execução.

Antonio Gomes Villar, de quem sou procurador bastante, devia a casa do finado Manoel Mathias de Freitas, e esta tão bem devia a Villar, e querendo eu acabar com questões judiciais, que havia entre Villar, e Freitas, propuz a Antonio da Silva e Companhia, como administrador da casa de Freitas hum encontro de debito: não quis Silva e Companhia admitir o encontro, que com vantagem lhe propuz para o meu descargo, a pretexto de querer para seus fins, inculcar quebrada a casa de Freitas; ao mesmo tempo que elle havia admetido hum semelhante, e menos vantajoso com Manoel de Barros Wanderley Lins de 8:000\$ reis; por que athe o que eu tinha somente a encontrar eião 3:000\$ reis, e estes já n'huã execução feita em dinheiro pertencente á casa de Freitas, e 7:000\$ reis em letras de Manoel Neto Carneiro Lãõ, indogadas pelo defuncto Freitas, das quaes já estou embolçado por o mesmo Manoel Neto.

Silva porem, que lhe não convinha, como disse, se não figurar a casa de Freitas quebrada, fosse para o que fosse, sustenta a imaginaria quebra, e oppoem á pinhora embargos para rateio, que a final perdeu documento -- letra A --, e eu levantei o dinheiro perdendo igualmente (segundo a fama) alguns panacuns de laranjas, e sextinhos de saputi: vamos porem adiante.

Continua Silva e Companhia comigo a procurar tão bem embolçar-se do que Villar devia a casa de Freitas, e tendo já o Juizo seguro com fazendas, es-

cravos, e casas; que faz Silva e Companhia?! Por occasião de extrahar-lhe Diogo Burn de Londres o se não ter feito com os credores de Freitas o dividendo do que existia liquido; responde-lhe que si não tinha ainda podido verificar o rateio, por causa de ainda si não ter recebido de Villar o que este devia a casa, e que se Villar tivesse alguns fundos em poder d'elle Burn, que quanto antes elle houvesse de os segurar; por que nesta Villar não tinha com que pagar. Note-se bem quem he Silva, e como falla verdade! O Juizo estava seguro superabundantemente com fazendas, escravos, e casas; Silva escreve para Burn; recomtendando-lhe que segurasse lá os fundos de Villar, por que nesta elle não tinha com que pagasse. Com este aviso de Silva como Villar anteriormente, estando em Liverpool, tivesse encomendado a Burn huã partida de fazendas, escreve Burn a Villar em 17 de Outubro de 1833, com se verá da nota seguinte -- ibi --

« Amigo e Sr. -- Já chegarão de Manchester a este porto cinquenta e dous volumes com as fazendas que Vm. nos pedio mencionadas em nossa carta de 23 do mes passado, as quaes hão de importar em £ 2:300, pouco mais, ou menos. Não mandamos por ora embarcar as ditas fendas, conforme as suas ordens anteriores, em quanto não nos entender-mos com Vm. a esse respeito. Em fim quando Vm. chegar aqui discidiremos tudo isto. -- De Vm. Amigos atentos e Criados. -- Diogo Burn e Companhia. -- » Documento letra B.

Ora, Burn esperava por Villar em Londres; mas como Villar tivesse seguido de Liverpool para Roma, abre-se Burn com Villar em huã segunda nota que lhe dirigio para Roma da maneira seguinte -- ibi --

Snr. Antonio Gome Villar -- Roma -- Londres 10 de Março de 1835. Amigo e Sr. -- Agora cumpre-nos participar-lhe, que temos em nosso poder copia autentica da sentença proferida contra Vm., e todos os documentos necessarios para lhe fazer-mos embargo em todos, e quaes quer fundos, que Vm. tenha em nossa mão, ou de outra qualquer pessoa.

Nos podiamos já ter feito este embargo; e com muita mais razão sendo para nosso proprio embolço, mas como não desejamos desacreditar ninguém, e particularmente a Vm., temos suspendido por ora todo o procedimento a este respeito, esperando, que a vista do que levamos exposto, cumprirá com o seu dever, e nos evitará o disgosto de proceder a esse embargo, dando as providencias necessarias para serem pagas as quantias em que foi condemnado a favor da administração do fallecido Manoel Mathias de Freitas, ou para melhor diser a nosso favor. -- De Vm. Amigos attentos veneradores e obrigados. -- Diogo Burn e Companhia. -- Documento Letra C.

Villar que recebe esta carta de Burn, responde-lhe, que houvesse elle de remetter as fazendas que lhe pertencião, vindas de Manchester (os cincoenta e dous volumes da nota primeira) á Silva e Companhia, a fim d'este pagar-se de a tudo-quanto elle Villar foi cendernado a favor da casa de Freitas; e Burn cumprindo com a Ordem de Villar, remetteu as fazendas a L. A. Dubourcq, genro de Silva e Companhia.

Avisa-me Villar d'essa remessa em 14 de Março de 1836, documento Letra D, e como Silva e Companhia continua a promover contra Villar os termos da execução; surprehido eu com semelhante procedimento, dirigi-me a Alfandega, e ali fui saber, que com effeito Burn havia remetido os cincoenta e dous volumes de fazendas de Villar no anno de 1835 á Dubourcq, para pagamento do que devia Villar a casa de Freitas. documento Letra E.

Ora, o extranho procedimento de Silva e Companhia, em promover com a maior força os termos da execução contra Villar, sabendo eu perfeitamente, que em mão de seu genro existião fundos destinados para solver, e mais que tudo a noticia da quebra de Burn, me fez dirigir a Dubourcq para immediatamente me dar solução d'este negocio: ao que me respondeu Dubourcq, *que não sabia de nada a respeito do objecto que eu tractava em minha carta.*

Eu que tinha em mim todos os documentos precisos, que me os tinha enviado Villar, derigi-me de novo pessoalmente a Dubourcq e dizendo-lhe, que, a sua resposta me não era satisfatoria, e que elle visse (a apresentando-lhe os documentos que provavão o elle se achar de posse daquellas fazendas desde o anno de 1835) respondeo-me com o maior insulto, dizendo-me, *que não dava confiança, e nem satisfações á fedelthos.*

Qualquer homem, que estivesse na minha posição, presando o seu milindre, e reputação de que athe hoje tenho conservado, e desafio que hum facto provado appareça, que isto contrarei a minha honra commercial nas não pequenas transações que tenho nesta Praça movido, faria por certo o que eu fis com Dubourcq. Concideriei-o logo capas de tudo quanto era bom na vida commercial; e a jusei athe, que hum mercador, que negava a vista de documentos irrefragaveis fazendas, que havia recebido em 1835 não nos mostrava a maior confiança commercial. Procedi logo portanto a hum arresto em bens, que chegassem para pagamento dos cincoenta e dous volumes de fazendas de Villar, e immediatamente lhe pedi a sua importancia por libello.

Que miseravel, e vergonhosa chicana não desenvolveu Dubourcq nesse libello para não largar das unhas 16:757\$645 reis, producto dos cincoenta e dous fardos de fazendas de Villar!! Oppós primeiramente huã excepção paliatoria. Elle sabia muito bem, que lhe não podia ser recebida; porem esperava retardar o adiantamento do libello com a interposição da appellação ao dispreso da excepção; por que em quanto pendia o conhecimento da justiça, ou injustiça do dispreso do incidente da excepção, largo tempo elle tinha para dar as trancas. Enganou se porem no seu miseravel plano; por que o Juis da causa vendo que as Leis do Imperio o recurso que permitem á taes excepções he unicamente o de agravo no auto do processo; denegou-lhe a appellação, e mandando-lhe escrever o recurso,

que as Leis lhe permitião, teve portanto o meu Dubourcq de contrariar o libello. A vergonhosa materia de que elle lançaria mão para contrariar o libello, e a essas sombras conservar em si os 16:757\$645 reis productos das fazendas de meu constituinte, eu deicho ao senço publico avaliar a presença dos irrefragaveis documentos, que no fim d'esta vão transcriptos por seu turno.

Foi por tanto a presença d'esses documentos, que a toda lus demonstraõ ser os cincoenta e dous fardos de fazendas propriedade de Villar, que eu como seu Procurador obtive sentença a seu favor, documento Letra F. E como no principio do libello Dubourcq negando, veio por fim a confessar tudo, juntando athe documentos contra-producente. Lembrando-me eu de que seu procurador Felipe Lopes Netos, era u-eiro, e viseiro a arancar tolhas de autos, documento Letra G. previnime logo de tirar por certidão todos os documentos que o Advogado de Dubourcq tinha juntado aos autos por inopia.

Cumpre aqui notar, que tendo tido Dubourcq ordem dos Administradores da casa de Burn de Londres, para suspender a opposição, que me fazia, por que o producto dos cincoenta e dous fardos de fazendas era propriedade de Villar; antholheu-se Dubourcq; e dando principio a convenções comigo por interferencia do Snr. A. J. de Amorim, o qual tinha ordem de Londres para esse fim, deichou passar a sentença em julgado, documentos Letra H. I. E com effeito a vista da confissão solemne que les Dubourcq de reconhecer pertencer a Villar o producto decincoenta e dous fardos de fazendas; que mais opposição lhe cabia fazer? Nenhua.

Como porem não se verificasse essa convenção, com elle queria em abuso das ordens que tinha, e ao mesmo tempo lembrando-se de haver deichado transitar a sentença em julgado, em consequencia do que se hia tractar dos termos da execução; lanca-se Dubourcq aos braços de seu Procurador Felipe Lopes Netto, a fim de que este se esforçasse a impedir a execução. A causa porem, estava em estado de não admitir mais chicanismo; que faria o Procurador de Dubourcq.

Dirigio-se a casa do contador, onde estavam os autos originaes, e a sentença extrahida do processo, e levando-os para sua casa, queimou parte dos originaes, e quasi toda a sentença extrahida do processo, para d'este criminoso facto tirar principio para huã nova chicana, e d'aqui retardar o progresso da execução.

Queimados assim os autos, entrou aboatar, que de hum acaso resultara queimarem-se os ditos autos em sua casa, e que a sentença proferida nos mesmos autos (queimada) não tinhaõ transitado em julgado, por que elle não havia sido intimada d'ella, e requereu por isso exame em os ditos autos. Mas que exame se poderia fazer, se as certidões da intimação da sentença forão tão bem queimadas?! Com essas palições desgraçadas levou desesete dias sem ao menos dentro d'esse tempo se offerecer a jurar, que não tinha tido noticia da sentença, a ver se podia ser admitido a recorrer d'ella: ainda que de nada lhe servia a vista da solemne confissão de Dubourcq.

Ora, reformei eu os autos com os documentos que tinha, e com as certidões, tanto da sentença, como a de que tinha a mesma sentença transitado em julgado, e depois tractei de extrahir outra sentença do processo

reformatado, com salva, a fim de poder continuar nos termos da execução. Prompta á dita sentença do processo; mandei requerer a Dubourcq, e como este não pagasse, findas as vinte quatro horas mandei faser-lhe a pinhora, e effectuada esta, pede Felipe Lopes Neto, procurador de Dubourcq, vista para embargos, e para não comprometer o seu Advogado na nova cilada, que havia premeditado, requereu que não se continuassem os autos com vista ao Advogado constituido na procuração, e sim a Francisco de Paula Gomes dos Santos, com quem novamente estava seu constituinte de accordo: o que assim se mandando, foi elle a casa do dito Paula, e tomando-lhe os autos, a titulo de querer que outro fizesse os embargos para Paula somente os assignar, levou-os para sua casa, e depois apresentou os todos molhados, e puidos com falta de muitas folhas, e documentos, faltando entre estas a folha d'onde se tinha lavrado a pinhora: attente-se bem: como compromete-se a boa fé do novo Advogado! Documento Letra L.

Este segundo facto a todas leis criminoso, e insultante ao decoro da Justiça, e Magistrados; facto invectivado a destruir com reincidida insolencia hum Decreto do Poder Judiciario, e abegodiar seus effectos, dispertou o Promotor Publico a tentar contra esse Solicitador a accusação, em consequencia da qual foi pronunciado. Isto posto, como eu conhecendo o Snr. Felipe, estivesse munido de certidões de tudo quanto continhão os autos, tornei a reformal-os, a fim de poder continuar a execução. Ora, agora ajuise o respeitavel publico de que lado está a má fé, se de minha parte, ou da do Snr. Felipe Lopes Neto, ou de seu Constituinte L. A. Dubourcq, quando veio a confessar o que eu d'elle exigia. Bastantes esforços tem feito o Snr. Neto para desacreditar o Escrivão da causa Andre Accioli Adiliano de Vasconcellos; mas desengane-se, que quanto mais fiser para desacreditar-o, quanto mais se desacredita a si mesmo; o que mais justifica ao Escrivão são os factos praticados no auditorio, pelo Snr. Neto. O Snr. Neto já vio contra elle provado pelo prelo, que elle he solicitador, que requer em huã damanda em Jaizo por ambas as Partes. O Snr. Neto tem por costume arrancar rasões, e folhas de autos furtivamente, documento já mencionado Letra G. O Snr. Neto quer em fim ostentar de invencivel nas causas, que procura, cometendo indignidades, e crimes para por a salvo seus Clientes da responsabilidade, em que a Justiça os condemna; e d'esta arte promove prejuizo incalculaveis a terceiros. Não he por certo estes procedimentos, que constitue hum bom Solicitador. Isto não he mais, nem menos do que indirectamente concorrer para hum furto; e isto he peccado para quem reconhece a Deos, e respeita seus Divinos Decretos.

Dis o Snr. Neto, que o Escrivão não lhe intimou a sentença. Ora, daqui se deixa ver, que o Snr. Neto, não quer diser outra coisa se não que o Escrivão passou huã certidão falsa nos autos para poder transitar a mesma sentença em julgado. Agora lhe perguntarei que necessidade havia de comprometer o Escrivão, a sua dignidade, e eu solecitando-o para semelhante acto? Eu disse no principio d'esta, que a miseravel contrariedade de que lançaria mão Dubourcq, eu deichava ao senço publico o avalial-a mas agora cumpre faser huã prenpção para

o rientrar, ou esclarecer melhor ao respeitavel publico. Pedi eu no libello a Dubourcq a importancia de cinquenta e dous fardos de fasendas a vista dos documentos Letras M e N.

Nega-me Dubourcq, que nunca tinha tido transações com Villar, nem a inda por interferencia de outra pessoa, e correndo a causa sens turnos; reforçando eu a prova com as contas correntes, documento Letra O; reconhece Dubourcq este credencial, e o auxilia com o solemnisimo documento Letra P, que contra producente juntou seu Advogado confessando (depois de haver no libello não ter tido transações com Villar, nem ainda por interferencia de outro) ter recebido os ditos cinquenta e dous volumes de Burn, por conta de Villar (que disarco!!!) e depois repete a mesma confissão no documento Letra Q. Foi pois neste tempo, e a vista dos mencionados documentos, que o mesmo Dubourcq deichou passar a sentença em julgado, por nenhuma opposição já mais lhe poder fazer. E note-se que de sua confissão documentos já mencionados P e Q, se manifesta a toda luz, o elle ter sido sciente da sentença, tanto que nesse documento Q elle confessa ter sido condemnado no producto das ditas fasendas, e offerece-se a faser huã compensação. Como pois boaton seu Procurador, que elle nem seu Constituinte não tiveram noticia da sua sentença, e que ella passou em julgado por huã certidão falsa do Escrivão? Se Dubourcq confessa a final o pedido; propõe primeiramente huã convenção amigavel; pede-a depois ao Juis em seu requerimento, que necessidade havia de se faser transitar a sentença por meio de huã certidão? Nenhua. Primeiramente, porque, querendo Dubourcq mesmo appellar d'ella, essa appellação não suspendia a execução da sentença a vista da Ord. L. 3 Tit. 73 § 1, por ter sido a mesma sentença proferida em causa de scriptura publica. Segundo por que, mesmo a presença da citada Ord. Tit. 79 § 2, tendo Dubourcq praticado tantos actos nos quaes mostrou consetir na condemnação d'essa sentença, não podia mais appellar d'ella. Logo pois, que necessidade havia de recorrer a hum semelhante subterfugio? A consciencia he o Juis mais forte do nosso dever, elle devia, e por tanto resta pagar, ou encontrar, de que sempre fui prompto. A presença do que fica ilucidado ninguem que tiver senço a creditará o Snr. Neto: confesse pois que tem feito toda esta miada para por a salvo (como já pôz) o seu cliente. Depois disto; se a certidão era falsa, para que Dubourcq, a toda a hora estava á porta do Ministro para lhe dar hum remedio contra a sentença, e não contra o transito? Por que o Snr. Neto conhecia que o transito não lhe fazia mal a presença da Ord. citada, por que, quer ella transitasse quer não; ella tinha de ser executada, por ter sido proferida em virtude de escripturas publicas. O que elle receava porem era obusilis da execução; e por isso encomodava por si e por outros ao Ministro; e como encontrasse circunspeção, e honra no Juis da causa, queimarão-se os autos originaes, e a primeira sentença extrahida do processo: molharão-se os da execução extrahidos com salvo, arrancando-se-lhe folhas, e documentos, e boatar-se, que a sentença tinha transitado por huã certidão falsa que passara o Escrivão

Creja, pois, o Snr. Neto, que com esse boa-

to não aballa, nem ainda de leve a honra do Escrivão, nem a minha probidade; por que seus mesmos factos são quem o accusão da mais criminosa parcialidade, e a minha probidade aparece a toda a luz nos documentos com que levo comprovado o que tenho exposto.

O Snr. Neto, he que (parece) tem perdido o senço commum; por que em vez de curar-se do que tem praticado com tanto escandalo, continua obstinadamente a oppor-se sem nexo a execução: sem nexo; por que, tendo já sido seu cliente convencido de contraditorio no libello, juntando elle mesmo documentos destructivos da negação em que se defendeu, continua o Snr. Neto a defendel-o nos embargos oppostos a execução, com contradicções da mesma guisa, querendo que se leve em conta a seu cliente, hũas vaquetas, que elle dis remettera para Lisboa, por conta dos cincoentas e dous fardos de fazendas, e bem assim a importancia de 5:192\$410 reis, em algodão, que do Ceará mandará Gouvêa, para Liverpool, sem se lembrar, que seu cliente hum dos primeiros pontos de defesa que den foi dizer, e mostrar por documento já citado, Letras M N e O, que verdade era que elle havia recebido por consignação de Burn de Londres os cincoenta e dous fardos de fazendas, mais que o mesmo Burn lhe ordenara, que tivesse em si o producto d'ellas até a segunda ordem, e que por não lhe ter athe ali Burn ordenado a respeito, elle não considerava a fazenda pertencer a Villar. Perguntarei eu as fazendas vierão para o liquido servir de garantia divida de Villar a Massa de M. M. de Freitas, ou para se andar navegando em vaquetas, e algodão, em riscos de perdas, e por conta de quem? De certo esta ninguem o poderá acreditar! Ora, se Dubourcq dis isto, como contra a ordem de seu committente elle embarca vaquetas, e do Ceará algodão por conta do producto dos cincoenta e dous volumes de fazendas, cujo lhe foi ordenado, que conservasse em si em conta separada das que elle tinha com a casa de Burn athe suas segundas ordens, do documento ja referido nesta Letra, de mais appareça agora aos embargos á pinhora com essa importancia dos 5:192\$410 reis valor das fazendas, que comprou Gouvêa remetida em algodão do Ceará para Liverpool pelo dito Gouvêa em Janeiro de 1836, quando tal algodão não avizão recebido de Inglaterra, mesmo da li a hum anno, quando a casa quebrou, segundo as ordens dadas para Pernambuco pelo administradores, que nada mencionaõ de algodão, mas quando o fizesse, como foi contra ordem, he claro ser de sua conta e risco, mesmo para em contro da grande divida que deve sua particular, a casa fallida de Londres, que monta a mais de 40:000\$ reis, documento Letra R, mas tal algodão, mesmo se não embarcou, como asseverou o Gouvêa ao Snr. Antonio Jose de Amorim, que por conta das fazendas que comprou pertencentes a Villar tinha remetido ao Dubourcq, 2:000\$ reis em huã letra: documento Letra S.

A'pagê! grande descaro! Eis pois, Snrs. Redactores, exposta ao juizo Publico, a minha questão com Dubourcq, a razão do incendio, e diluvio destinados a consumirem os autos; e como desapiadadamente se destrae a honra alheia para coonestarem se crimes da maior evidencia: Não he inda isto nada: O mais he o querer-me agora intimidar com

a morte; caso eu continue com a questão. Enganão-se porem; por que eu pro ig, despido de pãnicos terrores; por que estes só pezaõ a quem a conciencia os morde, tanto mais por que caso eu morra, meu Constituinte he Villar, que existe; só passo do novo meio descoberto de se pugar a quem se deve, com a moeda da morte: O! Deos que horror!!!... E cesso por hora de os importunar, Snrs. Redactores confessado-me.

Seo Constante Leitor.

Francisco Jose Barboza.

DOCUMENTO -A.-

Certifico, que revendo os autos de Execução de Sentença de Antonio Gomes Villar contra os Administradores da Casa do falecido Manoel Mathias de Freitas que vierão á este Tribunal por appellação; delles consta ser o theor da Sentença da Instancia Inferior e do Accordão da Rellação que a confirmou, o seguinte -- Os Embargos a folhas setenta e seis recebidos a folhas oitenta e nove julgo a final por não provados, e os Embargantes sem direito ao rateio que pretendem, e sem meios de palear a execução da Sentença folhas, e folhas, visto que na qualidade de simplicies Administradores da Casa do finado Manoel Mathias de Freitas, não lhes competem pedir o rateio por parte dos Credores por quem elles não podem figurar sem não serem habilitados com Sentenças e penhoras na forma da Lei, e pratica do Processo no concurso dos Credores por não ter no Cazo em especie applicação alguma o paragrafo vinte e dois do Alvará de treze de Novembro de mil setecentos e cincoenta e seis relativamente aos fundos da Casa do finado Freitas, que tanto não fallio em vida como athe se verificou pelo Inventario depois de sua morte serem os seus fundos muito excedentes ao seo debito passivo, documento a folhas oitenta e seis verso, não podendo attender-se a evaziva de terem os Administradores encontrado dificuldade em cobrar o debito activo do mesmo finado, e produzido as testemunhas de sua inquirição a folhas, e folhas, que tal o affirmão, provando com os seus depoimentos, não a falencia da Casa administrada, porem sim a pouca habelidade dos Embargantes para o desempenho da administração. Em taes circumstancias he regra invariavel que só aos credores legalmente habilitados com Sentenças e pinhoras, cabe o direito de pedir o rateio; e como os Embargantes não estejam nesta classe, nem de facto existe na Casa administrada essa falencia a que elles se recorrem, os julgo pessoas incompetentes para disputarem o direito desses terceiros credores não exequentes, e não habilitados. Prossiga-se por tanto nos termos da execução, e Pinhora a folhas e folhas, e paguem os Embargantes as Custas. Recife vinte e dous de Março de mil oitocentos e trinta e seis. -- Joze Joaquim Geminiano de Moraes Navarro. -- Accordão em Rellação &c. Que confirmão a Sentença appellada, visto mostrar-se como se mostra pelo documento folhas trinta e seis verso que a maça do Cazal devedor exceda muito no seo valor a importancia das dividas passivas, e condemnão os Appellantes nas Custas. Recife vinte e

quatro de Setembro de mim oito centos e trinta e seis. -- Maciel Monteiro, Presidente -- Malheiros -- Libanio -- Belmont -- Vellozo -- Silva Tavares -- Nada mais continha em dita Sentença, e Accordão aqui copiado, que fielmente o fiz e aos sobreditos autos me reporto, e esta vai conferida e concertada na forma do estillo. Recife oito de Outubro de mil oito centos e trinta e seis -- Escrevi, e assignei -- Em fé de verdade e Concertado -- Joaquim Joze Ferreira de Carvalho.

DOCUMENTOS - B - e - C. -

Diz Francisco José Barboza, que a bem de seu direito, nessecita que qualquer Tabelião Publico desta Cidade; a quem o Supplicante apresentar humas Cartas de Diogo Burn & C., escritas a A. G. Villar, lhe passe por certidão os artigos que o Supplicante lhe apontar nas mesmas. -- P. a V. S. Snr. Dr. Juiz do Cível, se sirva mandar passar a certidão requerida -- E. R. M. -- P. Boa-vista 1.º de Agosto de 1838. -- Miranda.

Manoel Antonio Coelho de Oliveira, Tabelião Publico desta Cidade do Recife de Pernambuco por o Regente em Nome do Imperador Constitucional o Senhor D. Pedro Segundo que Deus Guarde &c. Certifico que pelo Supplicante me foram apresentadas duas cartas de Diogo Burn & C. dirigidas a Antonio Gomes Villar de Londres de 17 de Outubro de 1833, e de 10 de Março de 1835, as quaes reconheço verdadeiras, e nellas me foi apresentados os Artigos do theor seguinte -- Snr. Antonio Gomes Villar - Liverpool -- Londres 17 de Outubro de 1833 -- Amigo e Snr. -- Já chegam de Manchester a esse porto 52 volumes com as fazendas, que Vossa mercê nos pediu, mencionadas em nossa carta de 23 do mez passado, as quaes hão de importar Libras duas mil e trezentas pouco mais, ou menos. Não mandamos por ora embarcar as ditas fazendas conforme as suas ordens anteriores, em quanto nós não intendermos com Vossa mercê a esse respeito. Em fim quando Vossa mercê chegar aqui decidiremos tudo isto. De Vossa mercê Amigos Attentos, o Criados -- Diogo Burn & Companhia -- Senhor Antonio Gomes Villar -- Roma -- Londres 10 de Março de 1835 -- Amigo e Snr. -- Agora cumpre-nos participar-lhe que temos em nosso poder copia authentica da Sentença proferida contra Vossa mercê, e todos os documentos necessarios para lhe fazermos embargos em todos e quaes quer fundos, que Vossa mercê tenha em nossa mão, ou de outra qualquer pessoa. -- Nós podíamos já ter feito este embargo, e com muita mais razão, sendo para nosso proprio embolço; mas como não dezejamos desacreditar a ninguém, e particularmente a Vossa mercê: temos suspenso por hora todo o procedimento a este respeito, esperando que á vista do que levamos exposto, cumprirá com seu dever, e nos evitará desgosto de proceder a esse embargo, dando as providencias necessarias para serem pagas as quantias em que foi condemnado, a favor da Administração do falecido Manoel Mathias de Freitas, ou para melhor dizer a nossos favor. E somos com a mais perfeita estimação - De Vossa mercê Amigos Attentos Veneradores e Criados -- Diogo Burn & Companhia -- E mais se não continha em ditos artigos aqui transcriptos por Certidão, que eu Tabelião ao principio retro declarado, e no fim assignado bem, e

fielmente fiz passar a presente Certidão em virtude do Despacho retro, e vai na verdade sem cousa que duvida faça por mim proprio, e outro Official abaixo assignado conferida, e concertada na forma do estillo, subscripta, e assignada nesta Cidade do Recife de Pernambuco, aos 3 dias do mez de Agosto de 1838 annos. Fiz escrever e assignei -- Em fé de Verdade e Concertado -- Manoel Antonio Coelho de Oliveira. -- E Comigo João Francisco Regis.

DOCUMENTO - D. -

Diz Francisco José Barboza, que a bem de seu direito necessita que qualquer Tabelião desta Cidade a quem o Supplicante apresentar humas Cartas de seu Constituinte, lhe passe por certidão o theor dos artigos das mesmas que o Supplicante lhe apontar. -- P. a V. S. Snr. Dr. Juiz de Direito do Cível, se sirva mandar passar a certidão requerida -- E. R. M. -- P. Boa-vista 1.º de Agosto de 1838. -- Miranda.

Manoel Antonio Coelho de Oliveira, Tabelião Publico desta Cidade do Recife de Pernambuco por o Regente em Nome do Imperador Constitucional o Senhor D. Pedro Segundo que Deus Guarde &c. Certifico que pelo Supplicante me foram apresentadas trez Cartas a elle dirigidas por Antonio Gomes Villar, humas de Pariz de 14 de Março de 1836, outra de Lisboa de 27 de Junho de 1836, e outra do Porto de 30 de Agosto de 1837, as quaes reconheço verdadeiras; e nellas me foram apontados os artigos do theor seguinte -- Snr. Francisco José Barboza -- Pariz 14 de Março de 1836 -- Prezado Amigo -- Logo que em Roma recebi a Carta de Burn & Companhia, exigindo de mim a resposta em poucas horas se pagava, e me comportava como homem de honra; passei logo a dar ordem para que os ditos remetterssem as minhas fazendas a Antonio da Silva & Companhia, a fim de evitar o embargo que me disserão pas-sarão a fazer, não só nos meus fundos em seu poder, como em outros em poder de quem eu tivesse fundos. Eis o caso principal. Persuadido que mandando pagar todas as contendas se acabariam, confiei as minhas fazendas a inimigos que lançarão mão do meio o mais infame, qual seja o de trahir, ou massacrar o vencido, que depositou as armas aos pés do vencedor. E não servindo de mais sou com veras. De Vossa mercê. Amigo Sincero -- Antonio Gomes Villar -- Snr. Francisco José Barboza -- Lisboa 27 de Junho de 1836 -- Amigo e Snr. -- Carta de Diogo Burn & Companhia de 24 de Novembro passado diz remetterão as minhas fazendas a Luiz Amavel Duboucq, quando as minhas ordens de Roma, forão para que as remetterssem aos me-mos Antonio da Silva & Companhia, a fim de se pagarem logo de tudo em que sahi condemnado, e ficar tudo ultimado em boa paz. A factura das preditas fazendas monta a duas mil trezentas e trez libras, hum xelim, e trez penes, das quaes já poucas existião por vender, o que julgo será bastante para pagar o Sentenciado, mas depois disso inda não sei mais nada do resultado. He provavel que os Administradores estejam desde muito tempo pagos, e por isso os meus pleitos acabados. Espero que me avize de tudo pelo mundo, e sou com a mais constante estimação. De Vossa mercê. Amigo Sincero -- Antonio Gomes Villar. -- Snr. Francisco José Barboza -- Porto 30 de Agosto de 1837. -- Amigo e Snr. -- Pela carta de 17 de Outubro de 1833 que me escreverão

DOCUMENTO --F.--

para Liverpool Diogo Burn & Companhia; verá que os cincoenta e dous volumes já nesse tempo existião por minha conta comprados, e que os mesmos Burn & Companhia, mas não entregarião sem se entendem primeiro comigo. Pelas contas correntes de 1834, e 1835, verá também provas que a minha fazenda deve ser fora da quebra, e que esta foi mandada para essa Praça em virtude das Sentenças que contra mim moverão os Administradores da Casa do falecido Manoel Mathias de Freitas, conforme as cartas de Burn & Companhia, que me dirigirão para Roma, em data de 10 de Março de 1835, as quaes incluzas achará. Por agora não tenho mais documentos que me favoreçam no caso presente, hum vez que Dubourcq, nega o que elle sabe; mas com a resposta que me vier de Londres a tal respeito direi o que se me offerecer a fim de que Vossa mercê triunfe dessa Canalhocrata gente, que o meo dinheiro me querem roubar. Sem mais a dizer-lhe por agora sou como sabe -- De vossa mercê. Amigo sempre obrigado do Criado -- Antonio Gomes Villar. -- E mais se não continha em ditos artigos que eu Tabellião ao principio rectro nomeado, e no fim assignado bem, e fielmente fiz passar a presente Certidão em virtude do Despacho rectro, e vai na verdade sem consa que duvida faça por mim proprio, e outro Official abaixo assignado, conferida, e concertada na forma do estilo, subscripta, e assignada nesta Cidade do Recife de Pernambuco aos 3 dias do mez de Agosto do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de 1838; decimo septimo da Independencia, e do Imperio do Brasil. Fiz escrever e assignei. -- Em fé de Verdade e Concertado -- Manoel Antonio Coelho de Oliveira. -- E comigo João Francisco Regia.

DOCUMENTO --E.--

Illm. Snr. Inspector desta Alfandega.--Diz Antonio Gomes Villar por seu bastante Procurador, que a bem de seu direito precisa que se lhe mande passar por certidão se o Brigue Inglez Melly, vindo de Liverpool em Julho de 1835, descarregou para esta Alfandega 52 volumes de diversas fazendas da marca B D á consignação de Luiz Amavel Dubourcq; como também se os ditos volumes forão despachados pelo dito Dubourcq, pelo que -- P. a V. S. Illm. Sr. Inspector haja por bem mandar passar a certidão requerida - E. R. M. -- P. Alfandega 23 de Junho de 1837. -- Santos.

Certifico que revendo o Livro Mestre do anno de 1835 delle consta que o Brigue Inglez Melly, vindo de Liverpool em o primeiro de Julho do dito anno, manifestou, e descarregou para esta Alfandega da marca B D de numero um a cincoenta e dous, cincoenta e dous volumes com fazendas; e dos despachos N.º 608 - 609 - 912 - 1410 - e 1507 - 18, e 19 de Agosto, 22 de Setembro, 6 - e 26 de Outubro, e 6 de Novembro do dito anno; consta terem sido os mencionados volumes Despachados por L. A. Dubourcq, assim como consta do manifesto terem vindo á consignação do mesmo os ditos volumes. He o que tenho a certificar a vista do requerimento do Supplicante, Livro Mestre, e Despachos, e para constar mandei passar o prezente, que vai por mim Escrivão assignado nesta Alfandega de Pernambuco aos 23 de Junho de 1837 -- Subscrivi -- O Escrivão da Alfandega -- Jacome Gerardo Maria Lumachi de Mello;

André Achiolis Adeliano de Vasconcellos, Escrivão do Civel Privativo a 3.ª Vara nesta Cidade do Recife de Pernambuco, por o Regente em nome do Imperador Constitucional o Snr. Dom Pedro Segundo que Deos Guarde &c.

Certifico que revendo os autos de Libello de que trata a petição supra d'elles consta ser a Sentença de que faz menção a mesma petição do teor seguinte -- Vistos estes autos &c. Pede o Autor, como negociante de grosso trato em diversas Praças da Europa, e exportação de um para outros Portos, que seja o Reo condemnado a entregar-lhe a importancia das fazendas que vendeo, e as que existirem ainda das que lhe forão consignadas por Diogo Burn & C.ª de Londres, executando a ordem sua para esta Cidade em 8 de Maio de 1835 pelo Brigue Melby manos, e declarações da Factura fl. 10; assim como que seja condemnado nos juros commerciaes da mora depois da contestação da lide em diante, prejuizos, perdas, e damnos, a que der cauza; por quanto sendo esta consignação por ordem d'elle Autor, aceitando-a o Reo despachando as fazendas, e confessando por seus proprios avizos ter vendido parte d'ellas, e parte ter emai, é claro estar obrigado a fazer-lhe a pretendida entrega, e dever ser condemnado no pedido, e forma declarado no Libello a fl. 9; onde se achão juntos os documentos de fl. 10; fl. 12, fl. 13; oppondo-se o Reo com a excepção fl. 18; protesto fl. 23; inquirição de fl. 25; fl. 27; documentos de fl. 28, e fl. 51, e fl. 34; mas sendo desprezada pela Sentença a fl. 35; contrariou o Libello a fl. 49, produzindo as testemunhas de fl. 49, a fl. 51, dica a fl. 84, com os documentos de fl. 61 a fl. 64, dizendo antes o Autor a fl. 54 e fl. 60; juntando os documentos de fl. 65 a fl. 80, e contraprotestando o protesto do Reo, como se vê a fl. 91; Tudo pois visto, e considerado attentamente, mostra-se pela Carta a fl. 12, e contas correntes de fl. 68 a fl. 69, que por ordem do Autor, de propriedade sua, e em conta, e risco, fora a dita consignação de Burn & C.ª, ao Reo, que este acceitou, o mandato, ou commissão com aquelle celebrado assim, recebendo, e despachando, e vendeo as fazendas consignadas, certidão fl. 15 resposta fl. 29, e correspondencia de fl. 31 a fl. 34 pelo que se manifesta competir ao Autor a presente acção. Por isso que havendo sido o Reo em tempo avizado pelo Autor com a Carta a fl. 80, de que as fazendas consignadas erão suas, menistrando-lhe provas evidentes disto, e ordenando-lhe para com o seo Procurador Barboza, entender-se a este respeito, em quanto nem a factura, a fl. 61, nem o chamado conhecimento, fl. 63, e nem mesmo a Carta de ordens, a fl. 31, outro proprietario indica, se não o Autor, que deve o Reo, dar contas dessa commissão, principalmente quando a fl. 87, vê-se reconhecer o Reo, que erão ditas fazendas destinadas pelo Autor, para pagamento seu, concluindo-se dahi, que era sua propriedade, pois que lhe dera destino. Não aproveitando ao Reo, a crencia de que de boa fé está de serem as fazendas de conta e propriedade, e risco de Burn & C.ª para oppor-se ao pedido do Autor. já porque como está dito pelos documentos, conhecimento, e Factura, e Carta de ordens não se prova, já por ter sido em tempo havimado pe-

lo Autor, do contrario, e já porque os mesmos Burn & C.^a na correspondencia de fl. 31 a fl. 34; lhe declararão como na 2.^a Carta fl. 32; que não podião por então resolver, sobre o producto dessas fazendas, que deverião ficar em poder do Reo, até ulterior determinação, mas em conta inteiramente separada; e já porque não apresenta o Reo, ordem alguma anterior em approvação, aparecendo apenas o conhecido avizo, e pedido do Autor, nem também aproveitar pode ao Reo, querer que se dirija o Autor, á Casa fallida, e em concurso com os credores da Casa, haver da massa d'ella o seu pagamento; porque, o que elle demanda é o producto daquella consignação de sua propriedade, e de sua ordem, que o Reo recebeo, e deve entregar, por ter apurado, e em seu poder, como havizou, e consta da Carta fl. 33, o que nada tem com a casa fallida, por ter esta muito em tempo, e antes da fallencia, declarado ser propriedade do Autor, que se não responsabilizou pelas dividas d'ella. E finalmente não aproveita ao Reo, querer que se lhe leve em conta no pedido do Libello as 1877 vaquetas, que no valor de 3:589\$197 rs. diz remettera por conta das fazendas consignadas a aquellos Burn & C.^a, porque nunca estes lhe derão ordem alguma para o Reo fazer remessas do liquido daquellas fazendas como se vê pela Carta fl. 31: nem pelas seguintes, mas até lho vedarão por todas especificamente a 2.^a fl. 32, onde dizem, cujo liquido producto, conservará em seu poder até nossa ultima determinação; ficando por isso evidente, que essa remessa do mandato é particular do Reo, e não merece attenção no pedido do Libello, emhora appareça o papel a fl. 29, porque sobre ser extrahido em copia sem audiência do Autor, e por isso não fazer prova em Juizo, tem a falta de autoridade na pessoa, que deve escrevello, para este fim. Pelo que tendo, como o Autor, provado tem sua intenção, e o Reo ao contrario nas inquirições de fl. 26 a fl. 49, nada mais que o seu commercio, e credito, e a fallencia da Casa de Burn & C.^a, de Londres, offerecendo os illegaes papeis de fl. 23, fl. 30, fl. 49, fl. 64 o ocioso fl. 61, é contra-producente de fl. 31, a fl. 34, que não destroem a concludente prova do Autor, julgando como julgo o protesto de fl. 23, e o contra protesto de fl. 91, por sentença, para que produzão seus devidos effeitos. Julgo também competir ao Autor, a presente acção contra o Reo, ao qual condemnno a que pague ao Autor, a quantia de 16:757\$645, producto apurado, e confessado a fl. 33, das fazendas consignadas, e nos juros commerciaes da mora da contestação da lide em diante, prejuizos, perdas, e damnos a que der cauza, e nas custas. Boa-vista 3 de Fevereiro de 1838. -- Bento Joaquim de Miranda Henriques -- E mais se não continha em dita Sentença, que eu Escrivão fiz copiar por certidão de verho ad verbum dos proprios autos de Libello, aos quaes me reporto, e vai na verdade sem couza que duvida faça conferida, e concertada na forma do Estilo, e por mim subscripta e assignada nesta Cidade do Recife de Pernambuco aos dezassete dias do mez de Fevereiro de 1838. Subscrevi e assignei. Em fé de verdade e Concertado -- André Achioles Adelião de Vasconcellos -- Comigo -- Manoel Antonio Coelho de Oliveira.

DOCUMENTO -G.-

Certifico, que revendo os Autos de Inventario por

traslado, dos bens que ficarão por falecimento de Manoel Mathias de Freitas, nelles a folhas 133 axei a Certidão, que faz a petição retro menção a qual he da forma e maneira seguinte -- Certifico que sendo continuado estes Autos com vista ao Advogado João Baptista Soares como consta do termo supra, vierão por elle respondido em papel separado no dia 30 de Maio, e na mesma occasião veio ao escriptorio o solicitador Felipe Lopes Netto, e os levou de cima da minha mesa, sendo-me depois entregues por o Solicitador Mathheus de Souza Teixeira hoje 2 do corrente sem aquella resposta, com o requerimento, e resposta, que se segue ao diante junto, e para constar passei o presente. Recife 2 de Junho de 1835 -- Francisco Joaquim Pereira de Carvalho -- Estava o Sello das Armas Impriões com a verba seguinte -- Numero 2095 -- Paguei quarenta reis de Sello. Recife 29 de Maio de 1835 -- Ferreira -- Guimarães -- Nada mais se continha em dita Certidão pedida, que eu Escrivão no principio desta declarado, e abaixo assignado, bem e fielmente copiei por Certidão da que se axa escripta nos proprios Autos, para os quaes fui nomeado Escrivão, aos quaes me reporto, e vai na verdade sem coisa que duvida faça, conferida e concertada na forma do estilo, nesta Cidade e Comarca do Recife de Pernambuco, aos 17 dias do mez de Julho de 1838. -- Decimo setimo da Independencia e do Imperio do Brazil. Escrevi, e assignei. -- Em fé de verdade -- Joaquim Joze Pereira dos Santos -- Concertei -- Joaquim Joze Ciriaco.

DOCUMENTO -- H. --

Senhor Antonio Joze de Amorim -- Pernambuco -- Ré Diogo Burn e Companhia -- Tribunal de Bancarrotas. Londres 30 de Novembro de 1837 -- Querido Snr. -- Minha ultima carta a V. M. foi datada em 5 de Setembro, depois do que tenho sido favorecido com as suas estimadas cartas de 20 de Julho, 20 de Agosto, e 23; 3 de Setembro, e 3 de Outubro, e os contextos de todas tem sido devidamente notadas. Incluzo ponho agora nas suas mãos duas cartas, humas para Snr. Duboucq, a outra para Snr. Barboza, ambas abertas para seu conhecimento, as quaes peço a V. M. queira fazer entregar a esses Snrs., e he sobre o objecto destas cartas, que eu dezejo principalmente de me dirigir a V. M., e solicitar a sua candida attenção. Barboza tem-me escripto humas cartas extensas, reclamando, como procurador de Villar o producto dos certos cincoenta e dous volumes de fazendas consignadas por Burn a Duboucq, ainda que não tenho admitido, nem nunca admitirei a Barboza, ou a Villar seus direitos em taes fazendas, o facto realmente he, que estas fazendas devião pertencer ao ultimo, se Burn não as tivesse retiradas para segurança das custas de Villar, na causa de Villar contra Feitas, e ainda agora não obstante a Sentença obtida contra Villar, esta demanda demorada pelo longo espaço de tempo não tem sido ajustada. Entretanto Barboza tem solicitado o producto das fazendas de Villar, e por que não se pode obter-las, tem conseguido penhorar judicialmente o debito que Duboucq he devendo a esta casa fallida, por isso em facto a casa de Burn não só perde pelos procedimentos de Villar na materia de Freitas, mas elle he a cauza que Duboucq não pagará o seu debito a esta casa. Este estado de cousas não dê,

ve ser permitido de continuar, e por isso eu vou agora rogar a V. M. de ajustar este negocio na melhor forma que lhe for possível para o interesse da casa de Burn, mas em todo caso de effectuar o ajuste. Duboucq dará a V. M. as contas de venda dos cincoenta e dous volumes de fazendas conforme aos que foram fornecidos por elle a Burn debaixo do dacta de 5 de Julho de 1836, e encluzo ponho nas suas mãos a conta de venda de mil setecentos oitenta e oito vaquetas consignadas para Lisboa por nova Aurora o liquido producto Libras duzentas e sessenta e seis, oito xelins, seis penes vencido aos 16 de Agosto de 1836, pela ultima conta corrente fornecida a Villar, apparece elle devedor a Burn em 24 de Novembro de 1835 na quantia de Libras cento dezenove, onze xelins, oito penes, desde então a sobre-dita quantia de Libras duzentas e sessenta e seis, oito xelins, seis penes he a unica somma adicional que apparece sobre o ajuste de contas. Villar mesmo escreve-me pedindo de admitir na conta Libras doze, por humia letra desta quantia, que foi remetida por elle a Burn de Bruxellas, mas a letra foi recambiada por falta de seu endosse, como elle pode ver pela carta de Burn dactada de 18 de Dezembro de 1835 por isso não pode ser admittida -- Debaixo destas circumstancias queira Vossa mercê ver Barboza e faça tudo de melhor se pode com elle, em caso que elle queira arranjar a demanda com Freitas de maneira que o estado de Burn pode receber a somma que he devedor; e quer retirar a penhora feita por elle sobre o devido que Duboucq deve a Burn, então não pode haver objecção alguma de entregar a Villar os productos das fazendas, e por parte do estado de Burn; eu preferia o ajuste destas cousas disputadas ainda com alguma perda, ou desvantagem, do que deixa-las ficar no estado em que estão -- Rogo que Vossa mercê tomará na sua seria consideração estas ultimas observações, e Vossa mercê tem todos os poderes, e authoridade para deliberar pelos administradores de Burn, e tal he a confiança que elles tem em Vossa mercê, que de certo ficarão perfeitamente satisfeitos com o ajuste que Vossa mercê concluir nestes negocios -- Quando Vossa mercê terá ajustado a conta com Villar, espero que Duboucq ao mesmo tempo pagará os meos saques sobre elle pelo balanço de sua conta corrente divida a Burn o que acontecerá sem duvida em consequencia da carta particular do Sr. Burn. Eu sou de Vossa mercê &c. &c. Wm Whitmore -- Official assigne -- Nós abaixo assignados attestamos, e se for preciso juramos que a firma annexa he do proprio Wm Whitmore de Londres, por termos da sua firma hum verdadeiro conhecimento. Manoel Joze Gonçalves Braga -- Assigno por ser credor de Diogo Burn & Companhia, e ter cartas em meo poder do mesmo administrador. João Vieira Lima -- Reconheço verdadeiros os dous signaes supra do nós abaixo assignado do que dou fé. Recife 28 de Março de 1838 -- Em testemunho de verdade o Tabellião Publico. Manoel Antonio Coelho de Oliveira -- Eu abaixo assignado, Certifico que tenho cuidadosamente examinado, e comparado a traducção annexa, com a carta original, sottoscrita por Sr. Wm Whitmore Official administrador da falida Casa de Diogo Burn e Companhia de Londres, á Senhor Antonio Joze de Amorim desta Praça, o qual original, estava patente perante mim, por Sr. Francisco Joze Barboza d'esta

Cidade; e que acho a dita annexa fielmente vertida, mais que o signal de Manoel Antonio Coelho de Oliveira, Tabellião publico, reconhecendo os dous signaes de Manoel Joze Gonçalves Braga, e João Vieira Lima á mesma carta, ser de seu proprio punho -- Consulado Britanico em Pernambuco aos 16 de Agosto de 1838. Iolen Hrinl - Vice Consul -- Estava o sinete das Armas do Consulado -- E mais se não continha em dita carta, e certificado tudo aqui transcripto in ipsis verbis que eu Tabellião publico abaixo assignado hem, e fielmente fiz passar em publica forma do proprio original que me foi presente, o qual reconheço verdadeiro verdadeiro de que dou fé; e o tornei a entregar a pessoa que me o apresentou, e vai na verdade seu cousa que duvida faça por mim proprio, e outro official abaixo assignado que comigo conferio, e concertou na forma do estillo, subscripta, e assignado em publico e raso seguintes de que uso nesta Cidade do Recife de Pernambuco aos 21 dias do mez de Agosto do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1838; decimo septimo da Independencia, e do Imperio do Brasil. Fiz escrever e assignei -- Em testemunho de Verdade o Tabellião Publico Manoel Antonio Coelho de Oliveira -- E comigo João Francisco Regis.

DOCUMENTO - I. -

Illm. Snr. Antonio Joze de Amorim, ausente a quem su as vezes fizer. Sua Casa em 30 de Julho de 1838 -- Prezadissimo Snr. -- Rogo a V. S. tenha a bondade de me attestar com a imparcialidade do seu costume: se quando em dias de Fevereiro passado V. S. me mandou chamar a sua casa, para se ultimar a questão de Antonio Gomes Villar, com Luiz Amavel Duboucq, em consequencia das ordens que V. S. para esse fim teve dos Administradores da casa fallida de Diogo Burn & C.^a da Cidade de Londres; se eu lhe disse que estava promptissimo a pagar o que Villar devia ao Casal do falecido Manoel Mathias de Freitas; se Duboucq me entregasse o liquido producto exacto dos 52 volumes de fazendas que no anno de 1835, lhes foram remetidas por interferencia dos ditos Burn, por conta de Villar, para daquelle producto pagar Duboucq, o que Villar devia ao Casal do dito Freitas; assim como quaes as evazivas que Duboucq deo para se não ultimar a cessão dos pleitos. Tenha paciencia o eu hir importunar a V. S. de quem sou com toda a consideração. De V. S. Amigo affectuozo, e hem obrigado, e Criado -- Francisco Joze Barboza -- Sirva-se de me responder aqui mesmo para enviar a presente para Londres. -- Attesto que o Sr. Antonio Joze de Amorim em dias de Fevereiro passado, começou a conciliar os Snrs. Luiz Amavel Duboucq, e Francisco Joze Barboza, e que não podendo continuar por ter cahido gravemente doente, me encarregou de proseguir na mesma conciliação, a qual me não foi possível concluir, porque hindo a casa do Sr. Barboza este me assegurou vocalmente que estava prompto a pagar o que o Sr. Antonio Gomes Villar estava devendo ao Casal do fallecido o Sr. Manoel Mathias de Freitas, uma vez que o Sr. Duboucq encontrasse o liquido exacto dos 52 fardos de fazendas que lhe consignarão os Snrs. Diogo Burn & C.^a por conta do mesmo Sr. Villar, cuja proposta fiz ao Sr. Duboucq; mas tive em resposta que só se sugitava

a encontrar o que tivesse apurado dessa mesma consignação, deduzidas as remessas que havia feito por retorno, e tornando o Sr. Barboza conta das dividas que existião por cobrar pertencentes a essas mesmas fazendas; o que jurei aos Santos Evangelhos sendo necessario. Pernambuco 31 de Julho de 1838. Manoel do Nascimento Pereira -- Reconheço verdadeira a letra, e signal supra de que dou fé. Recife 7 de Agosto de 1838 -- Estava o signal Publico -- Em testemunho de verdade, o Tabelião Publico Manoel Antonio Coelho de Oliveira -- E mais se não continha, e nem outra alguma cousa declarava em dita carta, attestação, e reconhecimento tudo aqui transcripto de verbo, ad verbum, que eu Tabelião Publico abaixo assignado bem, e fielmente fiz passar em publica forma do proprio original que me foi presente a que me reporto, o qual o tornei a entregar a pessoa que me o apresentou, e vai na verdade sem vicio, borraão, entrelinha, e nem outra alguma cousa que duvida faga por mim proprio, e outro Official abaixo assignado, conferida, e concertada na forma do estillo, subscripta, e assignada em publico e raso seguintes de que uso nesta Cidade do Recife de Pernambuco, aos 6 dias do mez de Agosto do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de 1838; decimo setimo da Independencia, e do Imperio do Brazil. Fiz escrever e assignei -- Em testemunho de Verdade -- O Tabelião Publico -- Manoel Antonio Coelho de Oliveira -- E comigo João Francisco Regis.

DOCUMENTO - L. -

Illm. Snr. Dr. Francisco de Paula Gomes dos Santos -- Esta só tem por objecto,ahir saber se da Casa de V. S. lhe foram levados uns autos de Libello, entre partes A. G. Villar, com L. A. Dubourcq, pelo Procurador bastante do dito Dubourcq, Felipe Lopes Netto; e o mais tudo quanto V. S. respeito aos mesmos autos souber. Digne-se pois V. S. responder-me aos pédesta; e no intanto espero se convença da estima com que plenamente sou -- De V. S. -- Muito Attento Venerador e Criado -- Francisco José Barboza. -- Sua Casa em 23 de Junho de 1838. -- Illm. Snr. Francisco José Barboza -- Entrando estes autos com vista em meu Escriptorio, appareceu logo o Snr. Felipe Lopes Netto, procurando-os para os despachar, e levou-os, sem eu saber que autos erão: depois de hum, ou 2 dias appareceu-me com elles molhados, dizendo-me que huma goteira os tinha estragado, e que estava prompto para os reformar avista do Original, que estava na Relação por apello: como os autos estavam sobre a minha vista, remeti-os ao Escrivão com huma carta, asseverando que huma goteira os tinha estragado, sem dizer onde por modestia; mas todos sabem que a minha caza não sofre goteiras, e que me offerecia o reformalos: essa era a verdade, que eu não sou capaz de negar, nem por em duvida a minha firma do protocolo, nem a fé do Escrivão, que mos mandou. O Snr. Felipe apresentou-me nessa occasião Petição feita por a reforma, e tirar documentos: Eu nunca fui letrado nestes autos pro, nem contra, nem sei o que elles contem, entrou-me no Escriptorio sem eu o saber: depois de molhados he que sube que autos erão: o certo he que eu sempre fui advogado contra a Caza do Snr. Silva & Companhia, e nunca fui letrado de seus genros, e por isso não sei como veio a

men Escriptorio essa Causa, por parte de quem; e para que fim: he pois o que sei sobre e-te assumpto. Deos o Guarde felicemente. Recife 23 de Junho de 1838 -- De V. S. -- Attento Venerador e Criado -- Francisco de Paula Gomes dos Santos.

Diz Antonio Gomes Villar por seu bastante Procurador, que se lhe faz a bem de seu direito que o Escrivão Achiolis ou o Santos avista do Protocollo das Audiencias da terceira Vara do Civil, onde se acha os requerimentos de Luiz Amavel Dubourcq, por seu Procurador Felipe Lopes Netto, ou disto mesmo passe por certidão aquelle em que se declara pelo dito Procurador que recebera os autos de Libello do Suplicante, contra o dito Dubourcq, no dia 17 do corrente Fevereiro da mão do contador Jose Joaquim de Oliveira, dando para melhor claresa, todo o theor do mencionado requerimento, pelo que -- P. a V. S. Illustrissimo Snr. Juiz do Civil da 3.ª Vara, sedigne assim o mandar -- E R. M. -- Passe -- Boa-vista 3 de Fevereiro de 1838 - Miranda. - Joaquim José Pereira dos Santos, Escrivão da Provedoria da Cidade e Cãmara do Recife de Pernambuco pelo Regente em Nome do Imperador Constitucional o Snr. D. Pedro 2.º que Deos o Guarde etc. -- Certifico que revendo o Protocollo das Audiencias nelle a folhas 18 verço se acha o requerimento que fez Felipe Lopes Netto, de Luiz Amavel Dubourcq, no Libello que lhe move Antonio Gomes Villar, cujo theor he o seguinte -- O mesmo pelo mesmo disse que havendo de requerer na Audiencia de hoje o direito de seu constituinte para o que avia levado os autos da mão do contador, por as 2 horas da tarde do dia 17 do corrente, onão podia fazer por emprevisito acontecimento. Por quanto no dia 19 do corrente pelas 11 horas da noite succedeo ensendiarem-se em casa d'elle Sulcitor alguns papeis, assim como parte de algumas paginas do mesmo Libello, quaes os que de correm de folhas 90 a folhas 94, cujos autos nesta occasião, apresentou, assim, como apresentou parte dos de mais papeis que foram queimados, e requereo que estes se apencassem ao Libello depois de hum rigoroso exame, em cuja audiencia elle Solicitor tinha de requerer, e pelo dito Juiz foi defirido, que em quanto a Vistoria ficasse para a primeira Audiencia. Enada mais se continha em dito requerimento, que se acha lançado no Protocollo das audiencias, que em Escrição, no principio desta declarado, e abaixo assignado bem e fielmente escrevi do proprio ao qual me reporto, e vai na verdade sem cousa que duvida faga, conferida e concertada na forma do estillo, nesta dita Cidade do Recife de Pernambuco aos 2 dias do mez de Março do anno do Nascimento de Nosso Sr. Jesus Christo de 1838. Decimo setimo da Independencia e do Imperio do Brazil; Escrevi, e assignei -- Em fé de verdade -- Joaquim José Pereira dos Santos, e comigo Joaquim José Guiaço. Estava o Sello Imperial, e a verba seguinte Numero 165 -- Pagou 150 reis de Sello. Recife 2 de Maio de 1838. -- Ferreira Guimaraens. -- E mais se não continha em dito requerimento Despacho, Certidão que eu Tabelião Vitalicio bem e fielmente fiz passar em publica forma do proprio ao qual me reporto, e vai sem cousa que duvida faga conferida, e concertada, sob-cripto e assignada em publico e raso. Nesta Cidade do Recife de Pernambuco aos 6 de Março de 1838. Fiz escrever, e assignar Em fé de verdade -- o Tabelião Publico -- Manoel Coelho de Oliveira -- E comigo João Francisco Regis.

DOCUMENTO LETRA -- M, N.º O --

Diz Francisco Joze Barboza, que para bem do seu direito necessita, que o Escrivão Santos á vista dos Autos de Execução de Sentença de Antonio Gomes Villar com Luiz Amavel Dubourcq, lhe certifique unicamente; 1.º se das contas corrente de Diogo Burn e Companhia da Cidade de Londres fornecidas á Villar mencionão os mesmos Burn os 52 volumes das fazendas pertencerem ao dito Villar, e se vierão com a marca á margem B. D, e a data do mez, e anno, que os ditos Burn mencionarão á margem, 2.º se da factura das mesmas fazendas, que Burn remetterão á Villar declara as mesmas marcas das contas correntes, e datas, assim como a importancia da mesma combina com a das contas correntes; 3.º finalmente o Artigo da carta de Diogo Burn e Companhia, na qual diz que por ordem de Villar remetterão as suas fazendas a Luiz Amavel Dubourcq, assim como a data da mesma carta, e anno. -- P. a V. S. Snr. Doutor Juiz da 3.ª Vara do Cível se sirva mandar passar a Certidão requerida. -- E R. M. -- P. Boa-vista 1.º de Agosto de 1838. -- Miranda. -- Joaquim Joze Pereira dos Santos, Escrivão da Procuradoria dos Termos de fora pertencentes a Cidade, e Comarca do Recife de Pernambuco, pelo Regente em nome do Imperador Constitucional o Snr. D. Pedro 2.º que Deos Guarde &c. Certifico, que revendo os Autos de Execução de Sentença de Antonio Gomes Villar, por seu bastante Procurador, delles constão as contas correntes de Diogo Burn e Companhia da Cidade de Londres, e dellas constão mencionarem os mesmos Diogo Burn e Companhia os 52 volumes das fazendas que vierão com a marca a margem B. D. pertencerem a Antonio Gomes Villar, sendo a data acusada desde Janeiro de 1834. Dos mesmos Autos constaão taõ bem a factura das ditas fazendas serem remetidas ao dito Villar declararem as mesmas marcas das contas correntes, e combinarem na data de 8 de Maio de 1835, assim como combinão o valor da factura, com o da conta corrente apresentada pelo mesmo Villar. -- Certifico mais, que dos mesmos Autos constão taõ bem a Carta de que tracta a mesma petição, sendo o artigo pedido do theor seguinte -- Igualmente achará incluza a factura dos 52 volumes de fazendas que remettemos para Pernambuco por sua ordem, importando £ duas mil trescentas e tres, hum três, de cuja soma haviamos debitado já Vm. em 10 de Janeiro do anno passado, £ duas mil cento e cincoenta e duas, dous, conforme a conta corrente, que lhe remetemos para Roma; cuja carta a sua data he 24 de Novembro de 1835. -- E nada mais se continha no Artigo da mesma Carta, que eu Escrivão no principio desta declarado, e abaixo assignado, bem e fielmente copiei dos proprios Autos por ser delles Escrivão nomiado, e vai na verdade sem coiza que duvida faça, conferida, e concertada toda na forma do estillo, nesta dita Cidade, e Comarca do Recife de Pernambuco, aos 21 dias do mez de Agosto do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1838. Decimo Setimo da Independencia, e do Imperio do Brasil. Escrevi, e assignei: Em fê de verdade -- Joaquim Joze Pereira dos Santos. -- Comigo Joze Justino Fernandes Souza.

Certifico que em meu poder, e Cartorio se acha a Petição, Despacho, Notificação, e Termo de Conciliação do theor seguinte. -- Diz Luiz Amavel Dubourcq, que tendo-lhe sido remetidas e consignadas diversas fazendas no anno de 1835, por Diogo Burn e Companhia da Cidade de Londres para serem tranzaccionadas nesta Praça, e o seu producto dar-se o destino explicitamente ordenado nas cartas de ordens a respeito: acontece que Antonio Gomes Villar, naõ só propôs pelo Juizo da segunda Vara do Cível desta Cidade hum Libello em que demanda ao Supplicante pelo producto daquellas fazendas, mas conseguiu hum mandado para se proceder a Embargo em alguns de seus bens, o qual se verificou e forão os bens arrestados, depositados em mão de Antonio José de Amorim. Como porem o Supplicante segundo os conhecimentos, facturas, e cartas de ordens que lhe forão remetidas sobre taes fazendas, naõ reconheça outro proprietario dellas se naõ aquelle seu comitente, e a caza deste em Londres salisse proximamente he claro que o resto do producto de aquellas fazendas que o Supplicante conceba em seu poder está comprehendido na massa fallida para entrar no dividendo a que se proceder naquella Cidade entre os Credores habellitados, e tanto assim que ultimamente acaba o Supplicante de receber ordens do commissario da fallencia para entregar aquelle Amorim a gente da fallencia nesta Praça o saldo do producto: por tanto como ao dito Amorim compete naquella qualidade oppor-se a qualquer extravio malicioso que Villar possa conseguir em fraude dos Credores, por isso requer a V. S. se digne mandalo citar para na primeira audiencia deste Juizo se conciliar com o Supplicante, se quer ou naõ deduzir os artigos de opposição que lhe compete fazer ao dito Libello; por tanto -- P. a V. S. Snr. Juiz de Paz se digne mandar fazer a dita citação, e naõ comparecendo ou naõ se conciliando se passe certidão na forma do estillo. -- E R. M. -- Notifique-se para as 10 óras do dia 30 de Junho de 1837 -- Francisco Cavalcanti.

DOCUMENTO LETRA -- P. --

Diz Francisco José Barboza, qua a bem de seu direito necessita que o Escrivão Santos, á vista dos autos de execução de Sentença de A. G. Villar, com L. A. Dubourcq; certifique 1.º o theor da conta de venda até a palavra a saber, dos 52 volumes das fazendas pertencentes a Villar, que Dubourcq, juntou aos Embargos com que se opôz a pinhora; 2.º quanto importou o producto dos ditos volumes das fazendas; e se essa conta de venda estava assignada por L. A. Dubourcq; 3.º o theor do 6.º artigo dos ditos embargos no qual diz Manoel Caetano de Gouvêa, remetteo para Liverpool no anno de 1836, o importe das fazendas que comprou a Dubourcq pertencentes a Villar, em algudaõ: 4.º finalmente os bens que forão pinhorados ao Dubourcq, por a dita execução de Villar. -- P. a V. S. Snr. Doutor Juiz do Cível, se sirva mandar passar a certidão requerida -- E R. M. -- P. Boa-vista 1.º de Agosto de 1838. -- Miranda. -- Joaquim José Pereira dos Santos, Escrivão da Provedoria dos Termos de fora pertencentes a Cidade, e Comarca do Recife de Pernambuco, pelo Regente em Nome do

Imperador Constitucional o Snr. D. Pedro 2.^o que Deus Guarde etc. Certifico que revendo os Autos de que trata a petição retro, delles consta o primeiro pedido na mesma petição, que he o seguinte: Pernambuco 5 de Julho de 1836 -- Conta de venda de 52 volumes de fazendas de algodão com a marca, e numeros a margem, que de Liverpool no Brigue Melby, Capitão Edem fizerão-me consignar os Srs. Diogo Burn e Companhia de Londres, por conta do Snr. Villar, a saber. -- Certifico que da mesma conta acima consta importar os 52 volumes das fazendas liquido producto de 16:757:645, cuja conta consta está assignada por Luiz Amavel Dubourcq. -- Certifico ser o theor do 6.^o artigo dos Embargos apresentados pelo Executado, da forma, e theor seguinte -- Provará que as fazendas dos mesmos vendidas a Manoel Caetano de Gouvêa do Ceará, tão bem forão transaccionadas a remetter o comprador a sua importancia em algodão para Liverpool, athe o fim de Janeiro de 1836, o que fez. -- Certifico mais ser os bens pinhorados ao Executado Luiz Amavel Dubourcq, os quaes consta dos ditos Autos os seguintes. -- Escravos, João Belchior, Domínhos, Gaspar, Baltazar, Belchior novo, Manoel, Gaspar moleque, Francisco, Antonio, José, Feliz Berto, Carlos, Luiza, Marcelina, dous Canapés de jacaranda com assento de palinha, quatro bancas de jacarandá, huma dita de jantar, outra dita de se tomar chá, hum espelho grande de sala, hum Piano forte, dous guarda loiças, dous guarda roupa, hum sofá, seis duzias de cadeiras de jacarandá de palinha, hum barcão de Escriptorio, duas Carteiras, hum relójo de parede, huma Burra de ferro, hum armario para livros, huma estante para papeis, quatro sacas com café, quatro barris com azeite de carrapato atestados, cem resmas de papel de escrever, huma morada do Sobrado de tres andares cita na rua do Vigario, numero, e Decima 16; todo expendido consta dos mencionados Autos aos quaes me reporto, e vai na verdade sem coisa que duvida faça, conferida e concertada na forma do estillo, nesta Cidade, e Comarca do Recife de Pernambuco, aos 20 de Agosto do anno do Nascimento de Nosso Snr. Jesus Christo 1838. Decimo Setimo da Independencia, e do Imperio do Brazil, Escrevi, e assignei. -- Em fé de verdade -- Joaquim José Pereira dos Santos. -- Concertei -- Joaquim José Ciriaco.

CONTINUAÇÃO DOS DOCUMENTO - O e P. -

Diz Francisco José Barboza, que a bem do seu direito necessita que o Escrivão Santos, á vista dos autos de execução de Sentença, de A. G. Villar, com L. A. Dubourcq, certifique unicamente: 1.^o se dos autos consta em um dos artigos das Cartas de ordens, assim como se nós mais todos; que apresentou L. A. Dubourcq, de Diogo Burn e Companhia de Londres, quando lhes remetterão 52 volumes de fazendas com a marca B D pelo Brigue Melby, Capitão Edem; os referidos Burn, lhes fizerão scientes em ditas Cartas de ordens, que Dubourcq, conserva-se em si o liquido producto daquelles 52 volumes de fazendas té suas segundas ordens, em conta separada das que Burn tinha com Dubourcq; 2.^o se consta dos mesmos autos Du-

boureq ter-se oposto dizendo que aquellas fazendas não pertencião a Villar, mas sim a Diogo Burn e Companhia; 3.^o finalmente se consta Burn ter-lhes ordenado para serem os 52 volumes das fazendas transaccionadas as ditas fazendas nesta Praça, e o seu producto dar-se o distincto Aplicitamente ordenado nas Cartas de ordens a respeito. -- P. a V. S. Snr. Doutor Juiz do Cível, se sirva assim o mandar. -- E R. M. -- P. Boa-vista 1.^o de Agosto de 1838. -- Miranda. -- Joaquim José Pereira dos Santos, Escrivão da Provedoria dos Termos de fora pertencentes a Cidade, e Comarca do Recife de Pernambuco, pelo Regente em Nome do Imperador Constitucional o Snr. D. Pedro Segundo que Deus Guarde etc. -- Certifico que revendo os Autos de Execução de Sentença de Antonio Gomes Villar, por seu bastante Procurador, contra Luiz Amavel Dubourcq, delles consta os Artigos das Cartas de ordens de Diogo Burn e Companhia, relativos aos 52 volumes de fazendas remettidos ao mesmo Dubourcq, e por este apresentados nos Autos, e nos quaes Diogo Burn e Companhia determinão, que Dubourcq conservasse em seu poder o producto dos ditos 52 volumes das fazendas athe sua segunda ordem em conta separada. -- Certifico mais, que consta dos mesmos Autos Dubourcq ter se oposto na execução que o pos ao Libello do Supplicante, e na contrariedade allegando que as ditas fazendas não pertencião ao Supplicante, e sim a Diogo Burn e Comp., que tinham sido os remettentes -- Em quanto o ultimo pedido na petição retrô não consta dos ditos Autos, e o mais que pede a mesma petição consta dos sobreditos Autos aos quaes me reporto, e vai na verdade sem coisa que duvida faça, conferida e concertada na forma do estillo, nesta Cidade do Recife de Pernambuco aos 20 de Agosto de 1838, Escrevi, e assignei. Em fé de verdade. -- Joaquim José Pereira dos Santos. -- Concertei. -- Joaquim José Ciriaco.

DOCUMENTO -- Q --

Diz Luiz Amavel Dubourcq, que tendo sido condemnado por Sentença deste Juizo a pagar a Antonio Gomes Villar o producto de humas fazendas, que lhe forão consignadas por Diogo Burn e Companhia de Londres, a cujo pagamento o Supplicante se tem opposto em consequencia de falta de ordens, e esclarecimentos da quellas seus Comittentes relativamente á ellas, e ao mesmo producto: como porem agora appareça huma carta do Juiz Commissario da falencia dos ditos Burn e Companhia, em que declara aos seus Agentes nesta Praça que aquellas fazendas havião sido remettidas ao Supplicante por interferencia de aquelles por conta de Villar para pagamento do debito, em que este está constituido, e executado pela Administração da casa de Manoel Mathias de Freitas, de que elles Burn e Companhia são os principaes Credores; e esta declaração seja conforme á vontade do mesmo Villar, que em huma sua carta, que anda entranhada nos autos, recomenda, e applica a quantia que o Supplicante tiver em seu poder a amortização de aquelle debito; e como tanto a execução da Administração de Freitas contra Villar, como a causa deste contra o Supplicante correm neste Juizo; por isso offerece o Supplicante huma compensação pela qual

se responsabilisa com administração de Freitas a entregar-lhe por conta de Villar a soma liquida, e valores que em si tem, saldo do producto d'aquellas fazendas, ficando desta maneira não só extincta a cauza que Villar move contra o Supplicante, por seo procurador, por que se cumpre a sua intenção, mas fica este Villar tão bem desonerado para com a administração de Freitas: obrigando-se outro sim o Supplicante a Villar, e este a administração de Freitas a pagar a diferença que houver na dita compensação -- P. a V. S. que ouvindo o Supplicado, e os administradores da casa de Manoel Mathias de Freitas se digne defferir a compensação requerida. -- E R. M. -- Respondão os Supplicados, como requer o Supplicante. Boa-vista 25 de Maio de 1838. -- Miranda. -- Illustrissimo Snr. Doutor Juiz do Cível. -- Como a pertença do Supplicante envolve transações com a administração da casa de Manoel Mathias de Freitas, que tem questões judiciais com meo Constituinte, e que até estão pendentes de appellação, indispensavel he, que primeiro respondão os administradores da dita casa, depois do que responder: e assim espero que V. S. haja demandar. Recife 29 de Maio de 1838. -- Francisco José Barboza -- E mais se não continha em dita petição, despacho, e resposta tudo aqui transcripto de verbo, adverbium, que eu Tabellião publico por reconhecer tudo verdadeiro de que dou fê, fiz passar em publica forma do proprio original, o qual tornei a entregar a pessoa que me o apresentou, e vai na verdade sem cousa que duvida faça por mim proprio, e outro Official abaixo assignado, conferida, e concertada na forma do estillo, subscripta, e assignada em publico, e raso seguintes de que uso nesta Cidade do Recife de Pernambuco, aos 29 dias do mes de Maio de 1838. Fiz escrever, e assignei, Em fé de verdade -- o Tabellião Publico Manoel Antonio de Oliveira -- Comigo João Francisco Regis. -- Illustrissimo Snr. Doutor Juiz do Cível -- Não nos oppomos a compensação offerecida por o Supplicante, debaixo destes dous principios, 1.º dando o Supplicante fiadores nesta Praça a nosso contento, que se obriguem como principaes pagadores da quantia que em si tem pertencente a Antonio Gomes Villar, para pagamento do debito que este deve a casa administrada: 2.º ficarmos com o direito salvo para haver de Villar qualquer saldo que faltar para complemento da soma que elle deve a mesma casa: debaixo destes dous pontos de vista pode V. S. defferir a compensação requerida. Recife 31 de Maio de 1838. Antonio da Silva e Companhia, Gaspar de Menezes Vasconcellos de Drummond -- E mais se não continha em dita resposta que eu Tabellião por a reconhecer verdadeira, fiz passar em publica forma do proprio original a que me reporto, e vai na verdade sem cousa que duvida faça por mim proprio, e outro Official abaixo assignado, conferida, e concertada na forma do estillo, subscripta, e assignada em publico e raso seguinte de que uso nesta Cidade do Recife de Pernambuco, aos 31 dias do mez de Maio do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de 1838, decimo setimo da Independencia, e do Imperio do Brazil. Fiz escrever, e assignei. Em fé de verdade o Tabellião Publico -- Manoel Antonio Coelho de Oliveira. -- Comigo Francisco José do Rego. --

Illustrissimo Snr. Doutor Juiz do Cível -- Acondenação do Supplicante no Libello que por meo Constituinte Antonio Gomes Villar, lhe encaminhei neste Juizo, não só foi na quantia do producto das fazendas, e juros commerciaes da constestação da lide, como nas perdas, e damnos á que deo causa. Huma d'essas perdas, e damnos he sem duvida a diferença da moeda por o agio, e o accrescimo de juros da divida de Manoel Mathias de Freitas, que o Supplicante deo causa por isso que recebendo as ditas fazendas demandadas para o seo liquido producto ser applicado ao pagamento da dita divida, o Supplicante não cumprio essa ordem, e conservando em seo poder a importancia das fazendas deo causa a esse augmento de juro, e mais despesas de pleitos, que meo Constituinte teve de sustentar contra a administração da casa do dito Freitas. Consequentemente para terminar-mos pleitos querendo o Supplicante responsabilizar-se por esse accrescimo de juros da divida de Freitas, e para as despesas judiciais que meo Constituinte fez com as causas d'essa causa, não porei duvida em admitir a cessação do pleito, mas quanto para a administração não posso definitivamente responder a vista dos seos dous principios indicados na sua resposta; por que não posso atinar com a razão por que hão de exigir do Supplicante fiadores, e ficarem com direito salvo para haverem de meo Constituinte qualquer saldo que faltar, quando agora mesmo podem verificar a conta do mesmo meo Constituinte. E quanto aos fiadores, como para elles fique a responsabilidade nada me importa; mais importa-me primeiro que os Administradores liquidem immediatamente a conta de Villar: segundo que deixão de todos os pleitos que com este tinhão: e terceiro que apresentem authorização competente para o recebimento de maneira que meo Constituinte fique desonerado, e garantido para nunca mais ser chamado a Juizo, ou encomodado fora delle por esse debito: taes são os principios por que com a administração estou prompto a terminar este negocio; por que estou hora resalvado das imputações gratuitas que me fizeraõ. V. S. porem a Vista do exposto decidirá como for de Justiça. Recife 10 de Junho de 1838. -- Francisco José Barboza -- E mais se não continha, e nem outra alguma cousa declarava em dita Carta aqui transcripta in ipsis verbis, que eu Tabellião Publico abaixo assignado por a reconhecer verdadeira a fiz passar em publica forma, e a mesma me reporto, e vai na verdade sem causa que duvida faça por mim proprio, e outro Official abaixo assignado, conferida, e concertada na forma do estillo, subscripta, e assignada em publico, e raso seguintes de que uso nesta Cidade do Recife de Pernambuco aos 10 dias do mez de Junho do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de 1838, decimo setimo da Independencia, e do Imperio do Brazil. Fiz escrever, e assignei. Em fé de verdade -- o Tabellião Publico Manoel Antonio Coelho de Oliveira -- Comigo Francisco José do Rego.

DOCUMENTO -- R. --

Diz Francisco José Barboza, que a bem de seo direito necessita que o Escrivão dos protestos das letras, revendo os livros de ditos; lhe passe por cer,

tidão: se forão no dia 27 ou 28 de Junho do corrente anno, protestadas contra Luiz Amavel Dubourcq, as seguintes letras sacadas pelos Administradores da casa fallida de Diogo Burn e Companhia da Cidade de Londres, a saber humas de 1600 £ dita d'1400 £ dita d'1000 £, dita de 743 £, prefazendo as quatro letras mencionadas £ 4743; -- P. a V. S. Snr. Doutor Juiz do Cível, se digne mandar passar a certidão requerida. -- E R. M. -- P. Recife 1.º de Julho de 1837. -- Miranda. -- Pedro Manoel Duarte Gondim, Tabellião Vitalicio dos Protestos de Letras, commerciaes desta Comarca por S. M. I., e C. &c. &c. &c. -- Certifico que revendo os livros de Protestos d'elles Consta terem sido Protestadas as letras de que faz menção a petição retro a saber, uma letra sacada por libras setecentas e quarenta e tres, des selins, e onze penes, outra da quantia de libras mil, outra por mil e quatro centas libras, outra por mil e seiscentas libras, cujas letras forão sacadas por W.™ Whitmore, -- Official Assignado de James Burn na Cidade de Londres em 11 de Abril de 1837, e forão Protestadas por não aceitas, o referido é verdade. Recife 1.º de Julho de 1837. Subscrivi, e assignei. Em fé de verdade. -- O Escrivão dos Protestos Pedro Manoel Duarte Gondim.

DOCUMENTO - S -

Diz Francisco José Barboza, que a bem de seu direito necessita que qualquer Tabellião Publico desta Cidade, a quem o Supplicante apresentar humas Cartas escriptas ao Supplicante pelo representante da Casa do Negociante Antonio José de Amorim; lhe pas e por certidão o theor d'verbo, adverbium da mencionada Carta. -- P. Bon-vista 1.º Agosto de 1838. -- Miranda. -- P. a V. S. Snr. Doutor Juiz do Cível, se sirva mandar passar a certidão requerida. -- E R. M. -- Manoel Antonio Coelho de Oliveira, Tabellião Publico desta Cidade do Recife de Pernambuco, por o Regente em Nome do I. C. o Snr. D. Pedro 2.º que Deus Guarde &c. Certifico que pelo Supplicante me foi apresentada humas cartas a elle dirigida por Manoel do Nascimento Pereira, de 11 de Junho de 1838, a qual carta he o theor de verbo adverbium do modo, forma, e maneira seguinte -- Snr. Francisco José Barboza -- A minha correspondencia com Gouveia he alguma cousa cressida, e tracta sobre diferentes objectos, e por isso ignoro qual seja essa carta a que Vm. allude, digne-se pois de me participar sobre que versa o que Vm. quer saber para eu ver se acho. Sou com toda a consideração. De Vm. Amigo, e muito seu Venerador e Criado. -- Manoel do Nascimento Pereira. -- Sua casa 11 de Junho de 1838. -- Ilustrissimo Snr. Manoel do Nascimento Pereira -- Só quero ver se aquelle Gouvêia, pagou já a Luiz Amavel Dubourcq, o importe das fazendas que o mesmo comprou ao dito Dubourcq, das que lhe forão consignadas por Diogo Burn e Companhia, cuja carta tracta desse objecto como fez saber aquelle nosso amigo Snr. Amorim. -- Creia que sou, com particular estima. De Vm. Amigo Sincero. -- Francisco José Barboza. -- Ilustrissimo Snr. Francisco José Barboza -- Gouvêia comprou a Luiz Amavel Dubourcq oito volumes das sabidas fazendas de Villar em 8 de Agosto de 1835, no importe de

5:192\$410, e deo por conta a Dubourcq em humas letras que lhe remetteo do Ceará 2:000\$000 rs. Isto he o que consta da correspondencia desta casa. -- Sou de Vm. Amigo Venerador e Criado. -- Manoel do Nascimento Pereira. -- Reconheco verdadeiras as letras, e signaes retro de que dou fé. Recife 13 de Agosto de 1838. -- Estava o Signal Publico. -- Em testemunho de verdade, o Tabellião Publico. -- Manoel Antonio Coelho de Oliveira. -- E mais se não continha em dita carta, respostas, e reconhecimento, tudo aqui transcripto de verbo adverbium por Certidão que eu Tabellião ao principio della retiro nomeado, e abaixo assignado bem e fielmente fiz passar do proprio original que me foi presente em vertude do Despacho retro; e tai na verdade sem cousa que duvida faça, por mim proprio e outro Official abaixo assignado, conferida, e concertada na forma do estello, subscripta, e assignada nesta Cidade do Recife de Pernambuco, aos 13 dias do mez de Agosto do anno do Nascimento de Nosso Snr. Jezus Christo de 1828; decimo setimo da Independencia, e do Imperio do Brasil. Fiz escrever, e assignei, Em fé de verdade, e concertado -- Manoel Antonio Coelho de Oliveira -- E comigo João Francisco Regis.

Razões do Advogado de A. G. Villar, relativas a questão dos 52 volumes de Fazendas remetidas por D. Burn e Companhia a L. A. Dubourcq, por conta do mesmo Villar.

Depois da fortissima, e pertinaz opposição, que fez o R. Luiz Amavel Dubourcq na causa principal do Libello, que neste Juizo lhe encaminhou o A Antonio Gomes Villar, sendo julgado finalmente, e condemnado o R. no pedido, extrahida a sentença do processo, e quando estavam os autos em poder do Contador do Juizo para calcular os juros, e contar as custas, o Procurador do R. os carregou no dia 17 de Fevereiro do corrente anno, como declarou, e tendo-os com as paginas em que estava lavrada a sentença queimadas, assim como as paginas da sentença do processo, em que estava transcripta a sentença que condenava o R.

Esta tentativa que independente de anilise, e comentarios por si demonstrou o animo, e intenção com que foi praticada não sortio ao R. o desejado effeito; por que tendo-nos premunido de certidões da sentença, e das occorrencias mais notaveis, logo requereu-se com esses documentos, para o Snr. Julgador mandar passar outra sentença do processo com salva, que se passou, e he a que fundamenta este processo, e com ella requerendo-se o R. Dubourcq, como nas vinte quatro horas não pagasse, se passou mandado de penhora, que se effectou com effectiva, e corporal apprehensão de bens, que por serem alguns de raiz, leito o deposito se citou o Executado, e sua mulher para os termos ultteriores da execução.

Mas hum novo estratagemas se combinava; e por isso não obstante as ordens expressas de Inglaterra, requereu o Executado para se lhe dar vista para embargos a execução, e logo apresentou os autos com vista independente de se contentarem os autos com vista a seu Advogado, e na audiencia em que os embargos apresentou requereu vista por vinte e quatro

oras para allegar mais em beneficio do seu direito. Concedida porem a vista, e levando o Procurador dos Executados os autos, apresentou-os no dia 18 de Julho no misero estado, em que se achavão, e consta da certidão do E. crivão a fl. 120.

Não negou o R. que em seu poder se dilaceraraõ estes autos, e incampando o seu facto a hum goteira, nem por isso se pode eximir da vehementissima presumpção, que sobre elle pesa do dolo, e má fé; por que não he dado a hum goteira a força, e descripção de arrançar, e mutilar folhas de autos com a irregularidade com que estes autos dilacerados, deixando todavia por entre as folhas dilaceradas muitas intactas, que o bom discernimento da goteira (e que goteira!) popou sem duvida para reconhecer-se a sua habelidade.

E todavia requereu o R. a fl. 125, que queira reformar os autos; e suposto esta obrigação, e despeza seja imposta a aquelle em cujo poder os autos se perdem; como a Lei não exclua por disposição expressa o que interesse tem no andamento do processo de fazer a reforma deste querendo, como os autos sejam comuns a ambos os litigantes -- autor, e reo, e antes se deprehende da disposição da Ord. L. 3 Tit. 60 § 6: nas palavras -- salvo provendo elle, que no tempo em que o dito instrumento havia de ser offerecido, foi perdido por causa, e culpa da parte contraria, que o donno do instrumento o pode reformar; requereu o Exequente a fl. 130 que tendo a mor par dos documentos, o tendo requerido as precisas certidões, queria fazer essa reforma por o interesse, que tinha no progresso, e andamento da execução, e foi deferido as ditas fl. 130, deferimento que o Interlocutorio sustentou.

N'essa conformidade, pois offerece o Exequente o primeiro documento com cento e oitenta e cinco folhas, que contem todo processo primordial desde a primeira citação ao R., o libello do Exequente, a excepção que lhe oppo o R., as testemunhas, e documentos com que apretendeu comprovar; a sentença que despresou a excepção; o requerimento por que o R. em audiencia, contra Lei expressa, d'essa sentença applicou, o requerimento porque o A. Exequente demonstrou a incompetencia, e illegalidade do recurso interposto; o deferimento do Snr. Julgador, por o qual denegou a apellação concedendo o agravo no auto do processo, a contrariedade do R. ao libello, a inquirição de testemunhas, as allegações finais com os documentos respectivos; a sentença queimada; a confissão do procurador do R. em audiencia de ter-se queimado a sentença em seu poder; o exame nas folhas dos autos queimados; o requerimento do A. com certidão da Sentença, e de ter transitado em julgado, para se passar outra sentença do processo com salva, por se ter tambem queimado a sentença do processo, que já se tinha extrahido, e estava em caza do Contador, d'onde a tirou com os autos originaes o procurador do R., como de plano confessou, e consta d'esse primeiro documento a pag. ; e os agravos no auto do processo, e appellações por o R. interpostas, até que subirão para a Instancia Superior, e o R. como Appellante arrasou nos autos.

N'essa mesma conformidade do deferimento a fl. 130, edo Inventario a fl. 135, offerece o A. o 2.º documento com oito folhas, que contem os embargos, que se

gran de execução, em que estavamos offereceu o R. nestes autos á pinhora, a conta corrente com que documentou ditos embargo; a pinhora, e a citação do R., e sua mulher para os termos della. Consequentemente temos reformado as faltas d'esse processo, que a celebre, e astuta goteira dilacerou por entre as folhas, que intactas quis, que ficassem, para que se reconhece quanto o homem he vasto em concepções, quando a mola real o domina!...

Ora, todos os Praxistas são accordes em que a reforma do instrumento roubado, ou queimado, isto he, desencaminhado, ou destruido com dolo, se faz por o juramento da outra parte, na conformidade do que dispõe a L. 9 Cod. Unde vi Pereir. e Souza. Linh. Civ. Tom. 1 not. 475; Almeida. e Souza. Seg. Linh. a mesma not.: consequentemente se no caso da perda, queima, ou destruição do instrumento, ou autos por dolo do adversario a reforma se pode fazer até tão só por o juramento da parte; segue-se que provado como está, que a dilaceração, e desaparecimento dos mais essenciaes termos d'estes autos, teve lugar com dolo do R., os documentos que se offerecem são sobejos para a reforma, e para se mandar proseguir a execução, mesmo por a disposição da citada Ord. L. 3 Tit. 60 § 6 vers. --- salvo -- e por isso passaremos agora a cumprir o despacho a fl. impugando os embargos que oppo o R. a pinhora, e execução.

Contem estes embargos em primeiro lugar a allegação de nullidade a sentença, que serve de fundamento á presente execução, e em segundo lugar a allegação do excesso na mesma execução; quanto a primeira parte quer o Embargado, que seja nulla a sentença, que fundamentou o presente processo; por que queimada accidentalmente a causa principal na parte, em que se achava lançada a sentença definitiva, deveria proceder-se a reforma dos termos queimados, com citação do Embargante, e ser lançada nova sentença debaixo da conclusão, que para esse fim fizesse o Escrivão do Feito; e por isso que essa pratica de conformidade com a disposição da Ord. L. 1.º Tit. 24 § 25, e Ass. de 23 de Maio de 1758, não foi observada, a certidão a fl. não podia suprir essa outra sentença, que deveria ser dada em reforma da queimada, já por que foi extrahida sem citação do Embargante, e nenhuma vallidade tem nos termos da Ord. L. 1.º Tit. 78 § 19, e L. 5 Tit. 60 § 6; já por o misterio, que a mesma certidão apresenta, sendo extrahida na dacta, em que a cauza principal se achava em poder do Contador; e já por que na sentença certificada ha excesso.

Quando a segunda parte das ditos embargos, que he o excesso da execução; ligando-a o Embargante a essa allegação da primeira parte, para provar que a sentença na certidão a fl. , não podia suprir a queimada; por que nella ha excesso: diz que só tem em seu poder a quantia constante da conta corrente, e valor que produzião as fazendas questionadas; por que os fardos das ditas fazendas vendidos a Manoel Gonçalves da Silva desta Praça, forão por convenção pagos em vaquetas, que o Embargante remeteu na importancia de 3:589\$179 rs. a conta de seus consignantes Diogo Burn & Companhia, cuja remessa foi por elles aprovada, e o resultado acreditado ao Embargante por o Juiz da banca rota do mesmo Burn na sua ordem de fl.

Diz mais; que as fazendas vendidas a Manoel

Castano de Gouvêia do Ceará, tão bem foram transacionadas a remeter o comprador a sua importância em algodão para Liverpool até o fim de Janeiro de 1836; e d'aqui conclui que por direito não he o garante d'essas quantias, e por consequencia devem ser descontadas na pedida; mas permita-nos o Embargante que lhe digamos, que quando esses embargos allegou, já lhe havia sido presagiada a fatal goteira, que dilacerou estes autos por o modo que elles estão; pois que sem esse soccorro (posto que facil era reparar-se esse damno), temeridade fora essa sua allegação. E por agora prescindendo d'essa digressão, vamos occupar-nos dos impropriedades embargos.

A Ord. do L. 3 Tit. 87, tratando dos embargos, que se podem allegar em grau de execução, diz no § -- E os embargos, com que as partes condemnadas poderão vir dentro do dito tempo são todos embargos de nullidade E bem assi poderão vir com embargos de compensação, e outros quaesques, que forem de qualidade, que não offendão, nem disfação a sentença já dada contra o condemnado: os quaes embargos sobreditos se receberão sendo em forma que sejam de receber, posto que os não houvesse de novo, *se ja na causa principal não foram allegados.* --

Ora desta disposição segue-se, que a allegação de embargos em grau de execução he limitada aos executados, e que fora dos casos em que a limitou a citada Ord., não pode ser admettida, e nesses terminos casos he mister, que não se tenha feito a sua allegação na causa principal, e como a Ord. citada prohibe expressamente que os embargos dos executados offendão, e disfação a sentença; segue-se que contra esta não se deve admettir nenhuma opposição, sendo nos precisos termos do § 2 da mesma Ord., que diz -- E quando os embargos forem taes que offendão, e disfação as sentenças definitivas, não se poderão pôr e allegar ao tempo da execução, salvo se o Embargante jurar que novamente vierão a sua noticia, depois que a sentença foi dada, e passada por a Chancellaria ou se esse que os allegasse fosse soldado, ou Lavrador, e cada hum delles morasse, ou litigasse em aldêa, ou lugar, onde não houvesse Letrados com quem se podesse aconselhar.

Mas o Embargante não he soldado, ou Lavrador, nem com o Embargado ha litigado se não nesta Cidade aonde ha muitos letrados, e o Patrono do Embargante em verdade he habelissimo para bem o poder aconselhar, nem por o menos jurou o Embargante, que essa allegação da primeira parte dos seus embargos lhe viera do novo, para prevalecer-se d'essa excessão, e caber-lhe essa opposição infringente da sentença, que se executa; pois que só na existencia d'alguã das excepções da transcripta Ord. he que são admissiveis os embargos que offendem, e disfaçam as sentenças. E alem d'esta razão juridica, que he bastante para obstar a admissão dos embargos oppostos, na parte em que offendem, e disfaçam a sentença exequenda, accresce ainda a outra razão semelhantemente juridica para a sua repulção, de já ter o Embargante recorrido d'essa mesma sentença por appello para a Instancia Superior da Relação por esses mesmos fundamentos agora allegados nos embargos, como prova o documento 2.º de paginas -- V 92 vers. apa. D. 96. Con-

sequentemente esses fundamentos já foram allegados na causa principal, e nessa parte os oppostos embargos estão incursos na prohibição decretada da citada Ord. § 1.º no fim, ibi -- se já na causa principal não foram allegados.

Mais tão arteira he essa allegação, que cumpre ainda combatela directamente por os seus mesmos fundamentos. Não foi accidentalmente, que se queimou somente as folhas do processo principal, em que estava escripta a sentença definitiva, e no instrumento, ou sentença do processo as folhas tão bem somente em que estava transcripta a dita sentença; por que ainda querendo se de barato conceder, que na mesma occasião estavam ambos os autos juntos nas mãos do Embargante, de seu Patrono, ou de seu Procurador que era noite; que tinha huã luz junto a si, e que suprendido do sonno deichara cair ambos os ditos autos sobre a luz, necessariamente haviam se queimar ambos em muitas folhas, ou em todas; mas nunca com essa mui particular e curiosa escolha das folhas da sentença, no centro dos autos, e com a melhor regularidade, que podia dar se na queima dirigida por a vontade de quem quer consumir hum papel, para não ser lido: tanta intelligencia não he dada ao fogo, que não guarda nem compasso, nem regra.

Apresumpção pois he contra o Embargante, e a posterior goteira, que dilacerou estes autos, converge para es-a presumpção, que tanto mais viridica, e certa se tornou, por ter o Embargante por seu Procurador a penas se contentado do requerer o simples exame nos processos, para se reconhecer, que tinham sido queimados, confessando que essa queima tivera lugar estando ambos os ditos processos em seu poder, como mostra o 1.º documento a paginas -- S. 63 vers -- quando do dever, e mesmo do melindre do Embargante era requerer que os Peritos no exame a pag. -- H 76 vers -- declarassem se podia dar-se a possibilidade d'esse fenomeno.

Ora, não tendo o Embargante por maneira alguma desviado de si aprova, que com dolo fisera a queima das sentença nos ditos autos, não pode prevalecer-se da disposição da Ord. L. 1.º Tit. 24 § 25, legislada para a perda de autos em poder, ou por culpa ou negligencia dos Escrivas, nem do Ass. de 22 de Maio do 1758, que tendo por fim declarar a competencia dos recursos no caso da reforma de autos perdidos, discidio que se nos autos quando se perderem houver sentença definitiva, ou esteja já posta em execução, haja da sentença de sua reforma appellação, ou agravo ordinario, sendo a razão de differença neste caso, *por se não esperar depois da sentença da reforma outra definitiva*: do que se segue, que devairada he a pretensão do Embargante nos embargos oppostos sustentada de se dever ter procedido a reforma dos termos queimados com lançamento de nova sentença debaixo da conclusão, que para esse fim fizesse o Escrivão do Feito.

Mas ainda o caso da queima de que tratamos tem diversa origem, e por outra disposição he que sabe regular-se. Os autos principais da accção do Embargado contra o Embargante, em os quaes se tinha proferido sentença final, que transitara em julgado, como mostra o documento 1.º a paginas -- U. 88, e V. 89 --, estavam em poder do Condador do Juizo, com a sentença do processo, que se tinha extrahido, e do dito Contador os tirou o Pro-

curador do Embargante no dia 17 de Fevereiro d'este anno por as duas horas da tarde, como espontaneamente confessou em audiencia, e consta do citado documento 1.º a pag. S. 63 vers. e em poder do Embargante, ou de seu Procurador, que em direito se reputa a mesma parte, queimou-se a sentença somente, e na do processo a parte em que estava a mesma sentença transcripta: logo não temos a perda de autos em poder do Escrivão; porem a queima da sentença, por a parte com manifesto dolo, e já quando havia sentença extrahida do processo, qual he o principio, e fundamento da execução, Per. e Souza. Lih. Civ. Tom. 3 § 385.

E neste estado apresentando-se a certidão autentica qual a que está no documento 1.º a pag. P. 83, o que cabia seguir-se era mandar-se passar outra sentença do processo com salva por estarmos no caso em que he applicavel a disposição da Ord. L. 1.º Tit. 78 § 19 do Alv. de 26 de Janeiro de 1780, e da Ord. L. 3 Tit. 60 § 6, e não era precisa essa retrogradação do processo de especial opinião do Embargante Executado. Nem ha esse misterio que a fantezia do Embargante em pesadelo lhe representou de ser tirada a certidão da sentença a pag. -- P. 83 -- do 1.º documento na mesma dacta, em que forão os autos principaes para o Contador. Se a imaginação do Embargante Executado não estivesse surprehendida com os misteriosos acontecimentos do fogo, e da goiteira que produzirão o incendio, e dilaceração de certas, e especiaes folhas d'aquelles autos originaes, e d'estes, certo não havia representar-lhe misterios em tudo, e em toda parte, e então desasombrado o Embargante havia reconhecer a nenhuma impossibilidade de se passar n'hum mesmo dia a certidão de huns autos, e irem para a casa do Contador. Quanto mais que a Certidão foi requerida no dia 16 de Fevereiro, como consta do despacho ao ditas pag. -- P. 83 --, e dada no dia 17 do dito mez, como mostra a dacta a pag. U. 88 --, e nesse dia forão os autos para casa do Contador; d'onde os tirou o Procurador do Embargante, como confessou de plano a pag. -- S. 63 vers.

E nem se diga, que essa certidão devia ser extrahida com certidão do Embargante executado; pois que a Ord. L. 1.º Tit. 79 § 6 Tit. 80 § 15 L. 3 Tit. 60 § 6, e o Alv. de 27 de Abril de 1647, não exigem precisa, e indispensavelmente a certidão da parte para valia da certidão; porem que seja extrahida por mandado do Juiz com citação da parte, ou concertada com outro Official, e estando essa certidão da sentença extrahida com despacho do Snr. Julgador, e concertada os requisitos essenciaes, o cunho da legalidade, e o typo do valor preciso para ser acreditada, e fazer prova, logo não pode prevalecer esse argumento especioso dos embargos.

Esta segunda parte com toda subtilidade procurou o Embargante ligar á primeira, de sorte que mais pareça huma sua conclusão, do que huã outra parte da impugnação authorizada na Ord. L. 3 Tit. 87 no fim do pr. nas palavras -- ou quando allegar, que a execução, e arrematação se faz como não deve contra forma de nossas ordenações -- mas seja o que for convençamos ao Embargante que nem ahi se houve com boa fé.

A sentença na Certidão a pag. -- P. 83 -- do 1.º documento, diz o Embargante que não pode suprir a queimada: por que ha ahi excesso; pois que o Embargante só tem em seu poder a quantia constante da conta corrente, e valor que produzirão as

fazendas; cuja quantia he 16:757\$545 reis como mostra essa conta corrente do Embargante no 2.º documento; mas aquella sentença no dito 1.º documento tão bem condemnou o Embargante em 16:757\$645 rs. como se evidencia a pag. T. 87 vers. logo aonde está a diferença, ou excesso?...

Sim, agora vemos, que o Embargante encampa aquella sentença essa pecha; por que não lhe levou em conta essas fazendas de Gouvêia, esses algodões que desde o fim de Janeiro de 1836 Gouvêia devia ter mandado em pagamento d'essas fazendas para Liverpool, e essas vaquetas, que Manoel Gonçalves da Silva por as fazendas compradas dera, e o Embargante remetera para Lisboa, e cuja remessa fôr por Burn e Comp.º, aprovado, e acreditado o resultado por o Juiz da banca rota na sua ordem: mas como havia de a sentença mandar levar em conta essas quantias que com offença da verdade, e boa fé, quer o embargante enxertar neste negocio?!

Quando foi demandado o Embargante por o producto dos 52 volumes d'essas fazendas pedido no libello a pag. -- L. vers. do 1.º documento, oppos o Embargante a execução a pag. -- CC. -- vers. do dito documento, e ahi no 4.º artigo a pag. -- DD. -- vers; allegou a venda d'essas fazendas nella Praça, a Gouvêia do Ceará, e na Bahia, e sustentou que essas transações forão aprovadas por Burn e Comp.º, mas apresentando para prova as cartas do mesmo Burn e Companhia de pag. RR. até pag. -- UU. -- com essas mesmas cartas destruiu esse articulado do 4.º artigo da excepção por maneira, que não obstante repetir o Embargante esse articulado no 8.º artigo de sua contrariedade a pag. -- N. 13 vers do sobredito documento 1.º, foi completamente combatido na allegação do Embargado de pag. -- A. 23 -- até pag. D. 26, e desattendido de conformidade com os mesmos documentos do Embargante de pag. -- RR. -- até a pag. -- UU. -- na sentença de pag. -- P. 83.

Consequentemente essa sentença he coherente com o processo, e de conformidade com ella se requerem a penhora no documento 2.º, e execução, que não contem excesso. E como se decidiria de outra sorte, como mostraria o Embargante excesso de execução; como em boa fé pode o Embargante andar clamando, que se lhe fez huma injustiça, e huma injustiça manifesta, o Embargante que recebeu d'esse Gouvêia do Ceará 2.000\$ por conta das fazendas, como prova a carta documento 1.º, e que ordens expressas de Londres lhe mandão entregar a importancia dos 52 volumes das fazendas questionadas ao Embargado, documento 2.º, o Embargante finalmente que já pediu a acomodação de que tracta o seu requerimento, documento 3.º?!

O pejo nos obsta de mais proseguirmos na analyse d'esses impertinentes, e sofisticos embargos no documento 2.º: a verdade está a toda luz demonstrada, e hoje não he licito duvidar mais da justiça de meu Constituinte; hoje em toda evidencia se conhece de que lado está a razão, o direito, a boa fé, e probidade: a decisão d'esses embargos não pode ser outra que o seu despriso, julgando-se legalmente reformado o processo, e mandando-se proseguir a execução, condemnado o Embargante nas custas accrescidas, e n'essas despesas de documentos para a reforma. -- F. I. -- Com as duas Certidões, e os tres documentos accusados. -- e C. -- Cunha.

ERRATAS.

Pag. 13	--	Nas Razões do Advogado, linhas 14 -- e tendo-os com as paginas -- lea-se -- e tendo-os em seu poder até ao dia 21 daquelle mez apresentou-os com as paginas.
" "	--	Dito -- linhas 26 -- requerendo-se o R. -- lea-se -- se requere o R.
" 14 1.	Col. linhas 24	-- da pispisição -- lea-se -- da disposição.
" " "	" 31	-- a mor par -- lea-se -- a mor parte.
" " "	" 43	-- applicou -- leia-se appellou.
" " "	" penultima	-- a f. 135 -- leia-se -- a f. 131.
" " 2.	" 14	-- a L. 9 Cod. -- leia-se -- a Lei geral Cod.
" " "	" 29	-- Contem estes -- leia-se -- Contem esses.
" " "	" 31	-- a allegação -- leia-se -- a alegação.
" " "	" 52	-- Quando -- leia-se -- Quanto.
" 15 1.	" 6	-- na pedida -- leia-se -- no pedido.
" " "	" 19	-- embargos -- leia-se -- os embargos.
" " 2.	" 8	-- accidentalmente -- leia-se -- acidentalmente.
" " "	" 33	-- do requerer -- leia-se -- de requerer.
" " "	" 62	-- sabe -- leia-se -- cabe.
" " "	" 63	-- O autos -- leia-se -- Os autos.
" " "	" 67	-- Condador -- leia-se -- Contador.
" 16 1.	" 38	-- ao ditas -- leia-se -- as ditas.
" " "	" 47	-- cidadão -- leia-se -- citação.
" " 2.	" 3	-- Sensença -- leia-se -- Sentença.
" " "	" 21	-- pedido -- leia-se -- pedio.
" " "	" 22	-- execução -- leia-se -- excepção.
" " "	" 40	-- requerem -- leia-se -- requereos.
" " "	" Ultima	-- Cunha -- leia-se -- Camelo.